

De acordo com o disposto no artigo 10º do Regulamento n.º5/2008 da CMVM transcreve-se a

EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE NO 1.º TRIMESTRE DE 2011

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Sociedade Aberta

Sede: Praça D. João I, 28 Porto – 4000-295 Porto – Capital Social de 4.694.600.000 euros
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de
Identificação fiscal 501 525 882

Síntese de Indicadores

	Milhões de euros		
	31 Mar. 11	31 Mar. 10	Var. 11 / 10
Balanço			
Activo total	96.629	96.660	
Crédito a clientes	75.315	77.137	-2,4%
Crédito a clientes (líquido)	72.690	75.035	-3,1%
Recursos totais de clientes ⁽¹⁾	66.605	67.446	-1,2%
Recursos de balanço de clientes	51.195	50.661	1,1%
Depósitos de clientes	44.867	45.978	-2,4%
Resultados			
Resultado líquido	77,7	96,4	-19,4%
Margem financeira	401,6	340,6	17,9%
Produto bancário ⁽²⁾	657,6	700,7	-6,2%
Custos operacionais ⁽³⁾	356,2	382,2	-6,8%
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	166,6	164,8	1,1%
Outras imparidades e provisões	28,6	21,8	31,2%
Impostos sobre lucros			
Correntes	25,3	13,4	89,0%
Diferidos	(15,6)	8,6	
Interesses que não controlam	18,8	13,5	39,0%
Rendibilidade			
Produto bancário / Activo líquido médio ⁽⁴⁾	2,7%	2,9%	
Rendibilidade do activo médio (ROA) ⁽⁵⁾	0,4%	0,5%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Activo líquido médio ⁽⁴⁾	0,4%	0,6%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	6,6%	7,9%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios ⁽⁴⁾	8,1%	9,9%	
Qualidade do crédito			
Crédito com incumprimento / Crédito total ⁽⁴⁾	5,0%	3,8%	
Crédito com incumprimento, líq. / Crédito total, líq. ⁽⁴⁾	1,5%	1,1%	
Imparidade do crédito / Crédito vencido há mais de 90 dias	103,8%	108,9%	
Imparidade do crédito / Crédito vencido total	91,8%	98,3%	
Rácios de eficiência			
Custos operacionais / Produto bancário ⁽⁴⁾	58,9%	54,5%	
Custos operacionais / Produto bancário (actividade em Portugal) ⁽⁴⁾	56,4%	50,6%	
Custos com o pessoal / Produto bancário ⁽⁴⁾	34,0%	29,8%	
Capital ⁽⁶⁾			
Fundos próprios totais	5.997	7.294	
Riscos ponderados	58.400	64.610	
Tier I	9,2%	9,3%	
Total	10,3%	11,3%	
Sucursais			
Actividade em Portugal	891	912	-2,3%
Actividade internacional	843	897	-6,0%
Colaboradores			
Actividade em Portugal	10.121	10.254	-1,3%
Actividade internacional	11.266	11.562	-2,6%

Nota: valores em milhões de euros, excepto percentagens, número de sucursais e número de colaboradores.

(1) Débitos para com clientes titulados e não titulados, activos sob gestão e produtos de capitalização.

(2) Margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, resultados por equivalência patrimonial e outros proveitos líquidos (de acordo com a Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal).

(3) Custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

(4) Calculado de acordo com a Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.

(5) Com base no resultado antes de impostos e interesses que não controlam.

(6) Rácio de solvabilidade de acordo com o modelo de Notações Internas (IRB) em 31 de Março de 2011 e de acordo com o método padrão em 31 de Março de 2010.

Tendo em consideração a conclusão da alienação da participação correspondente a 95% do capital social do Millennium Bank AS na Turquia, no dia 27 de Dezembro de 2010, e a venda da totalidade da rede de sucursais do Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América (EUA), da respectiva base de depósitos e de parte da carteira de crédito, no dia 15 de Outubro de 2010, as demonstrações financeiras consolidadas não são directamente comparáveis entre o primeiro trimestre de 2011 e o primeiro trimestre de 2010, considerando-se, no entanto, materialmente pouco relevante o impacto destas transacções nos resultados e na situação patrimonial do Grupo dada a reduzida dimensão destas operações no contexto da actividade consolidada.

RESULTADOS

O **resultado líquido consolidado** do Millennium bcp totalizou 77,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2011, que compara com 96,4 milhões de euros no primeiro trimestre de 2010. A evolução do resultado líquido foi condicionada pelo menor nível de resultados em operações financeiras, tendo, no entanto, beneficiado dos desempenhos favoráveis quer da margem financeira, tanto na actividade em Portugal como na actividade internacional, quer da redução dos custos operacionais.

O resultado líquido consolidado do primeiro trimestre de 2011 foi suportado pelos desempenhos da actividade em Portugal e da actividade internacional. O resultado líquido da actividade em Portugal cifrou-se em 60,9 milhões de euros no primeiro trimestre de 2011 (72,3 milhões de euros no primeiro trimestre de 2010), condicionado pelos menores resultados em operações financeiras, em particular dos resultados associados a instrumentos financeiros detidos para negociação, e, embora em menor escala, pelo maior nível de dotações para imparidade do crédito (líquidas de recuperações) e para outras imparidades e provisões, parcialmente compensados pelo aumento da margem financeira e dos outros proveitos de exploração, bem como pela redução dos custos operacionais, tanto ao nível dos custos com pessoal, como dos outros gastos administrativos e das amortizações do exercício.

Por seu turno, o resultado líquido da actividade internacional situou-se em 16,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2011 (24,1 milhões de euros no primeiro trimestre de 2010), tendo sido influenciado pelo comportamento dos resultados em operações financeiras e das comissões líquidas, não obstante o crescimento da margem financeira e os menores níveis de custos operacionais e de dotações para imparidade do crédito (líquida de recuperações). Na actividade internacional, os principais contributos foram apurados nas operações desenvolvidas na Polónia, em Moçambique e em Angola.

A **margem financeira** aumentou 17,9%, ascendendo a 401,6 milhões de euros no primeiro trimestre de 2011, face aos 340,6 milhões de euros relevados no primeiro trimestre de 2010, beneficiando dos efeitos volume e taxa de juro favoráveis.

O aumento da margem financeira foi potenciado pelos desempenhos da actividade em Portugal e da actividade internacional. Na actividade em Portugal, a evolução da margem financeira foi impulsionada pelo efeito taxa de juro positivo, nomeadamente através da revisão dos *spreads* das operações de crédito contratadas com clientes, não obstante o aumento observado do custo dos depósitos a prazo. Na actividade internacional, o crescimento da margem financeira foi determinado pelo efeito taxa de juro positivo, reflectindo a subida das taxas de juro nas operações contratadas, a par do efeito volume favorável, beneficiando do aumento do volume de negócios, tanto ao nível do crédito concedido como dos recursos de balanço de clientes, traduzindo fundamentalmente os desempenhos do Bank Millennium na Polónia, do Banco Millennium Angola e do Millennium bim em Moçambique, a par da Banca Millennium na Roménia.

A taxa de margem financeira situou-se em 1,78% no primeiro trimestre de 2011, que compara favoravelmente com 1,58% relevado em igual período de 2010, como resultado do conjunto de iniciativas que têm vindo a ser implementadas visando o ajustamento dos preços aos perfis de risco dos clientes, em que se enquadra a revisão dos *spreads* do crédito a clientes.

BALANÇO MÉDIO

Milhões de euros	1º Trim. 11		1º Trim. 10	
	Saldo	Taxa %	Saldo	Taxa %
Aplicações em instituições de crédito	3.970	1,52	4.465	1,08
Activos financeiros	13.000	3,65	6.453	4,02
Créditos a clientes	73.101	4,10	74.678	3,45
	90.071		85.596	
Activos não correntes detidos para venda	-		835	7,30
Activos geradores de juros	90.071	3,92	86.431	3,41
Activos não geradores de juros	8.888		10.013	
	98.959		96.444	
Depósitos de instituições de crédito	19.717	1,48	8.881	1,56
Depósitos de clientes	45.402	2,52	46.039	1,93
Dívida emitida e passivos financeiros	21.595	2,03	29.634	1,51
Passivos subordinados	1.980	2,55	2.361	2,90
	88.694		86.915	
Passivos não correntes detidos para venda	-		756	4,78
Passivos geradores de juros	88.694	2,17	87.671	1,80
Passivos não geradores de juros	3.022		1.460	
Capitais próprios e Interesses que não controlam	7.243		7.313	
	98.959		96.444	
Taxa de margem financeira ⁽¹⁾		1,78		1,58

(1) Relação entre a margem financeira e o saldo médio do total de activos geradores de juros.

Nota: Os juros dos derivados de cobertura foram alocados, em Março de 2011 e de 2010, à respectiva rubrica de balanço.

As **comissões líquidas** totalizaram 195,4 milhões de euros no primeiro trimestre de 2011, que comparam com os 202,2 milhões de euros apurados em igual período de 2010. Esta evolução foi condicionada pelas comissões relacionadas com mercados financeiros, em particular as comissões associadas a operações sobre títulos, na medida em que as comissões mais directamente relacionadas com o negócio bancário aumentaram 1,8% face ao trimestre homólogo de 2010, beneficiando do desempenho positivo da generalidade das rubricas, com particular destaque para as comissões relacionadas com o negócio de cartões e com as operações de crédito e garantias.

O comportamento das comissões líquidas foi influenciado pela actividade em Portugal e internacional. Na actividade em Portugal, as comissões associadas a operações sobre títulos evidenciaram um decréscimo face ao primeiro trimestre de 2010, determinado pelo menor volume de comissões originado pela montagem de operações, tendo, contudo, as restantes rubricas de comissões registado desempenhos positivos, destacando-se o aumento de 5,8% das comissões mais directamente relacionadas com o negócio bancário, alicerçado nas comissões associadas a operações de crédito e garantias e nas comissões originadas pela prestação de serviços bancários diversos. Na actividade internacional, a evolução das comissões líquidas foi influenciada pelos menores volumes de comissões apuradas nas operações da Grécia e da Suíça, não obstante o crescimento das comissões líquidas geradas pelas actividades desenvolvidas em Angola, em Moçambique e na Polónia.

Os **resultados em operações financeiras**, que incluem os resultados em operações de negociação e de cobertura e os resultados em activos financeiros disponíveis para venda, situaram-se em 23,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2011, que comparam com 135,4 milhões de euros no primeiro trimestre de 2010, repercutindo a evolução dos resultados em operações de negociação e de cobertura, nomeadamente as

operações relacionadas com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados e nestas, em particular, os instrumentos financeiros detidos para negociação e instrumentos financeiros contabilizados ao *fair value option*, não obstante a evolução favorável dos resultados associados à carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

O comportamento dos resultados em operações financeiras foi influenciado sobretudo pela actividade em Portugal, a qual inclui a contabilização de ganhos no montante de 19,2 milhões de euros no primeiro trimestre de 2011 (37,2 milhões de euros no primeiro trimestre de 2010) relacionados com a deterioração do risco de crédito próprio do Banco, como resultado da subida dos *spreads* de mercado para operações com risco semelhante ao do Millennium bcp. Por seu turno, na actividade internacional, os resultados em operações financeiras foram influenciados pelos menores resultados apurados pelas operações em Moçambique e na Polónia, apesar dos aumentos observados pelas subsidiárias na Grécia e em Angola.

Os **outros proveitos de exploração líquidos**, que incorporam os outros proveitos de exploração, os outros resultados de actividades não bancárias e os resultados de alienação de subsidiárias e outros activos, totalizaram 20,2 milhões de euros no primeiro trimestre de 2011, que comparam com 5,0 milhões de euros em igual período de 2010. Esta evolução repercute, por um lado, o registo, em Março de 2011, de um ajuste de prémios de seguros relacionados com pensões na actividade em Portugal, e, por outro, o contributo do desempenho positivo do Millennium bim em Moçambique.

Os **resultados por equivalência patrimonial**, que incluem os resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer influência significativa, não exerce o controlo das políticas financeira e operacional, situaram-se em 16,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2011, um montante idêntico ao apurado no período homólogo de 2010, reflectindo essencialmente a apropriação de resultados relacionados com a participação de 49% detida na Millenniumbcp Ageas.

OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS

<i>Milhões de euros</i>	1º Trim. 11	1º Trim. 10	Var. 11/10
Comissões líquidas			
Comissões bancárias			
Cartões	44,8	43,6	2,8%
Crédito e garantias	42,9	41,8	2,7%
<i>Bancassurance</i>	19,2	18,7	2,6%
Outras comissões	55,8	55,6	0,2%
Subtotal comissões bancárias	162,7	159,7	1,8%
Comissões relacionadas com mercados			
Operações sobre títulos	19,8	29,5	-32,5%
Gestão de activos	12,9	13,0	-0,7%
Subtotal comissões com mercados	32,7	42,5	-22,8%
Total comissões líquidas	195,4	202,2	-3,3%
Resultados em operações financeiras	23,7	135,4	-82,5%
Outros proveitos de exploração líquidos	20,2	5,0	
Rendimentos de instrumentos de capital	0,0	0,9	
Resultados por equivalência patrimonial	16,7	16,7	-0,2%
Total outros proveitos líquidos	256,0	360,2	-28,9%
Outros proveitos / Produto bancário ⁽¹⁾	38,9%	51,4%	

(1) Calculado de acordo com Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.

Os **custos operacionais**, que incorporam os custos com o pessoal, os outros gastos administrativos e as amortizações do exercício, reduziram 6,8%, totalizando 356,2 milhões de euros no primeiro trimestre de 2011 (382,2 milhões de euros no primeiro trimestre de 2010). O comportamento dos custos operacionais beneficiou sobretudo da redução evidenciada na actividade em Portugal (-10,4%), como resultado das poupanças alcançadas em todos os agregados, nomeadamente nos custos com o pessoal, em particular nos custos com pensões, e nos outros gastos administrativos, destacando-se os menores gastos em estudos e consultas e em avenças e honorários.

Adicionalmente, na actividade internacional, os custos operacionais registaram uma evolução favorável no primeiro trimestre de 2011, face ao período homólogo de 2010, fundamentalmente explicada pelo impacto dos custos operacionais relevados no primeiro trimestre de 2010 relacionados com as subsidiárias na Turquia e nos Estados Unidos da América, as quais foram parcialmente alienadas no final de 2010. Este impacto positivo mais do que compensou o aumento dos custos operacionais nas operações desenvolvidas na Polónia, Angola e Moçambique, como reflexo da estratégia de crescimento orgânico implementada nestes dois últimos mercados.

O rácio de eficiência consolidado, em base comparável, situou-se em 58,9% no primeiro trimestre de 2011 (54,5% relevados no primeiro trimestre de 2010), enquanto na actividade em Portugal fixou-se em 56,4% no primeiro trimestre de 2011 (50,6% em igual período de 2010).

Os **custos com o pessoal** cifraram-se em 192,0 milhões de euros no primeiro trimestre de 2011, registando uma redução de 8,1%, face aos 208,8 milhões de euros apurados em igual período de 2010. A diminuição dos custos com o pessoal foi determinada essencialmente pelos menores custos contabilizados em Portugal, nomeadamente os custos com pensões, na sequência dos acordos celebrados com ex-administradores que suportaram a anulação de provisões, no montante de 31,4 milhões de euros, que estavam relevadas no balanço do Banco. Na actividade internacional, os custos com o pessoal registaram um ligeiro aumento (+1,1%), entre o primeiro trimestre de 2010 e o primeiro trimestre de 2011, influenciado pelo crescimento dos custos na generalidade das operações no exterior, em particular na Polónia, reflectindo o aumento de remunerações, e em Angola e em Moçambique, traduzindo o reforço do quadro de pessoal com mais 169 e 152 colaboradores, respectivamente, no âmbito dos planos de expansão em curso.

Os **outros gastos administrativos** reduziram 5,6%, cifrando-se em 139,4 milhões de euros no primeiro trimestre de 2011, face aos 147,7 milhões de euros apurados no primeiro trimestre de 2010. Esta redução dos outros gastos administrativos beneficiou das poupanças alcançadas, em particular dos menores gastos relacionados com estudos e consultas e com avenças e honorários. O comportamento dos outros gastos administrativos reflecte essencialmente o desempenho na actividade em Portugal, ao registarem uma redução de 7,3% face ao primeiro trimestre de 2010, repercutindo o efeito de iniciativas com enfoque na racionalização e contenção de custos operacionais.

Na actividade internacional, os outros gastos administrativos também reduziram 3,3%, situando-se em 62,1 milhões de euros, face aos 64,2 milhões de euros relevados no primeiro trimestre de 2010, beneficiando, por um lado, do efeito da alienação parcial das operações na Turquia e nos Estados Unidos da América que ocorreu no final de 2010, e, por outro, da redução de custos alcançada pelo Millennium bank na Grécia e pela Banca Millennium na Roménia, não obstante os aumentos observados na Polónia, em Angola e em Moçambique.

As **amortizações do exercício** cifraram-se em 24,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2011, que compararam com 25,7 milhões de euros em igual período de 2010. A evolução das amortizações do exercício reflecte sobretudo o menor nível de amortizações relevado na actividade em Portugal, em particular as amortizações relacionadas com equipamentos e com imóveis, na sequência do gradual termo do período de amortização de investimentos realizados, o que mais do que compensou o acréscimo de amortizações relacionadas com *software*, reflectindo o esforço continuado de renovação tecnológica. Por seu turno, na actividade internacional registou-se um aumento do nível de amortizações do exercício, repercutindo os investimentos de suporte à expansão da actividade que têm vindo a ser efectuados pelas subsidiárias em Moçambique, em Angola e na Roménia, apesar da diminuição das amortizações no Bank Millennium na Polónia, em particular as amortizações relacionadas com imóveis.

CUSTOS OPERACIONAIS

<i>Milhões de euros</i>	1º Trim. 11	1º Trim. 10	Var. 11/10
Custos com o pessoal	192,0	208,8	-8,1%
Outros gastos administrativos	139,4	147,7	-5,6%
Amortizações do exercício	24,8	25,7	-3,6%
	<u>356,2</u>	<u>382,2</u>	-6,8%
dos quais:			
Actividade em Portugal	213,3	238,1	-10,4%
Actividade internacional	142,9	144,1	-0,8%
Custos operacionais / Produto bancário ⁽¹⁾	56,4%	50,6%	

(1) Actividade em Portugal. Calculado de acordo com a Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.

A **imparidade do crédito (líquida de recuperações)** situou-se em 166,6 milhões de euros no primeiro trimestre de 2011, comparando com 164,8 milhões de euros no período homólogo de 2010, reflectindo essencialmente o reforço das dotações para imparidade do crédito na actividade em Portugal, numa conjuntura particularmente adversa para variados sectores de actividade económica, não obstante o enfoque no reforço dos mecanismos de prevenção, controlo e gestão do risco. Na actividade internacional, a imparidade do crédito (líquida de recuperações) evidenciou uma evolução favorável face ao primeiro trimestre de 2010, influenciada sobretudo pela actividade na Polónia.

O custo do risco, avaliado pela proporção das dotações para imparidade do crédito (líquidas de recuperações) em função da carteira de crédito, situou-se em 88 pontos base no primeiro trimestre de 2011 (85 pontos base no primeiro trimestre de 2010).

As **outras imparidades e provisões**, que incorporam as dotações para imparidades de outros activos, entre os quais os activos recebidos em dação não totalmente cobertos por garantias, e as outras provisões, situaram-se em 28,6 milhões de euros no primeiro trimestre de 2011, que compararam com 21,8 milhões de euros em igual período de 2010. Esta evolução foi influenciada fundamentalmente pela actividade em Portugal, como resultado do reforço de dotações relacionadas com outras provisões para riscos e encargos, nomeadamente perdas por imparidade associadas a imóveis recebidos por via da resolução de contratos de crédito com clientes. Na actividade internacional, as outras imparidades e provisões registaram um aumento, reflectindo os níveis de provisionamento relevados pelas subsidiárias em Moçambique e Angola, não obstante a diminuição evidenciada pelo Bank Millennium na Polónia.

BALANÇO

O **activo total** consolidado totalizou 96.629 milhões de euros em 31 de Março de 2011, que compara com os 96.660 milhões de euros apurados em igual data de 2010.

O **crédito a clientes** (bruto) situou-se em 75.315 milhões de euros em 31 de Março de 2011 (-2,4%), face aos 77.137 milhões de euros apurados em 31 de Março de 2010, tendo esta evolução sido influenciada fundamentalmente pela actividade em Portugal, que registou uma diminuição de 3,5% face ao final de Março de 2010, não obstante o crescimento de 1,7% do crédito a clientes na actividade internacional, alicerçado nos desempenhos das subsidiárias na Polónia, em Moçambique e em Angola.

O desempenho do crédito a clientes foi influenciado sobretudo pela contracção do crédito a empresas, que se cifrou em 39.926 milhões de euros em 31 de Março de 2011 (-6,1%), mantendo-se, no entanto, como a principal componente da carteira de crédito a clientes, representando 53% do crédito total. Por seu turno, o crédito a particulares evidenciou um aumento de 2,2% face ao final de Março de 2010, suportado pelo crescimento de 3,8% do crédito à habitação, beneficiando dos desempenhos tanto da actividade em Portugal como da actividade internacional.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

<i>Milhões de euros</i>	31 Mar. 11	31 Mar. 10	Var. 11 / 10
Particulares			
Crédito hipotecário	30.667	29.543	3,8%
Crédito ao consumo	4.722	5.097	-7,4%
	35.389	34.640	2,2%
Empresas			
Serviços	15.832	16.509	-4,1%
Comércio	4.639	4.975	-6,7%
Construção	5.304	5.160	2,8%
Outros	14.151	15.853	-10,7%
	39.926	42.497	-6,1%
Total	75.315	77.137	-2,4%
do qual:			
Actividade em Portugal	58.231	60.334	-3,5%
Actividade internacional	17.084	16.803	1,7%

A **qualidade da carteira de crédito**, avaliada pelos níveis dos indicadores de incumprimento, em particular pela proporção de crédito vencido há mais de 90 dias em função do crédito total, situou-se em 3,4% em 31 de Março de 2011 (2,5% em igual data de 2010), reflexo da deterioração das condições económicas e financeiras das famílias e das empresas. O rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidade situou-se em 103,8% em 31 de Março de 2011.

CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 90 DIAS E IMPARIDADE EM 31 DE MARÇO DE 2011

<i>Milhões de euros</i>	Crédito vencido há mais de 90 dias	Imparidade para riscos de crédito	Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	Grau de cobertura (Imparidade/ CV >90 dias)
Particulares				
Crédito hipotecário	194	175	0,6%	90,5%
Crédito ao consumo	510	421	10,8%	82,4%
	704	596	2,0%	84,6%
Empresas				
Serviços	531	646	3,4%	121,8%
Comércio	332	266	7,1%	80,3%
Construção	487	345	9,2%	70,9%
Outros	475	772	3,4%	162,4%
	1.825	2.029	4,6%	111,2%
Total	2.529	2.625	3,4%	103,8%

Os **recursos totais** de clientes cifraram-se em 66.605 milhões de euros em 31 de Março de 2011 (-1,2%), face aos 67.446 milhões de euros apurados em igual data de 2010. Esta evolução foi condicionada pelo desempenho

dos recursos fora de balanço de clientes (-8,2%), tanto dos activos sob gestão como dos produtos de capitalização, apesar de ter sido parcialmente compensado pelo crescimento de 1,1% dos recursos de balanço de clientes.

Na actividade em Portugal, os recursos totais de clientes totalizaram 50.633 milhões de euros em 31 de Março de 2011, tendo praticamente estabilizado face aos 50.902 milhões de euros relevados no final de Março de 2010, alicerçados sobretudo no crescimento dos recursos de balanço de clientes. Por seu turno, na actividade internacional, os recursos totais de clientes situaram-se em 15.972 milhões de euros em 31 de Março de 2011 (-3,5%), influenciados pela actividade desenvolvida na Grécia, embora sejam de destacar os desempenhos positivos do Bank Millennium na Polónia, quer ao nível dos recursos de balanço, quer dos recursos fora de balanço, bem como do Millennium bim em Moçambique e do Banco Millennium Angola, estes últimos centrados na captação de depósitos de clientes.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

<i>Milhões de euros</i>	31 Mar. 11	31 Mar. 10	Var. 11 / 10
Recursos de balanço de clientes			
Depósitos de clientes	44.867	45.978	-2,4%
Débitos para com clientes titulados ⁽¹⁾	6.328	4.683	35,1%
	51.195	50.661	1,1%
Recursos fora de balanço de clientes			
Activos sob gestão	4.373	5.073	-13,8%
Produtos de capitalização ⁽²⁾	11.037	11.712	-5,8%
	15.410	16.785	-8,2%
Total	66.605	67.446	-1,2%
dos quais:			
Actividade em Portugal	50.633	50.902	-0,5%
Actividade internacional	15.972	16.544	-3,5%

⁽¹⁾ Emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

⁽²⁾ Inclui Unit linked e Planos poupança reforma.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

No primeiro trimestre de 2011, o acesso ao mercado institucional de financiamento por grosso (*wholesale funding*) continuou fortemente condicionado pelos efeitos da crise da dívida soberana que afectou particularmente alguns países periféricos europeus, incluindo Portugal, dificultando a mobilização de recursos financeiros pelas instituições financeiras. Com efeito, o acesso aos mercados de dívida titulada continuou muito limitado, tanto na componente de médio e longo prazo (MTN e obrigações hipotecárias), como na de curto prazo (MMI e papel comercial), embora com sinais de um maior dinamismo nesta última componente, mantendo-se o recurso às condições excepcionais de cedência de liquidez do Banco Central Europeu (BCE) como alternativa ao financiamento da actividade.

O planeamento da liquidez do Millennium bcp para 2011 tem subjacente, por um lado, o objectivo de redução significativa das necessidades de financiamento da actividade comercial, visando a redução do *gap* comercial, quer através do reforço dos recursos de balanço de clientes, quer pela contenção do volume de crédito concedido a clientes, e, por outro, uma maior concentração da actividade de financiamento por grosso em operações de curto prazo, a par da execução do plano de reforço de colateral para operações com o BCE.

Nestes primeiros meses de 2011, para além do recurso às operações de cedência de liquidez junto do BCE com perfis de maturidade até aos três meses, foi possível ao Millennium bcp continuar a reduzir progressivamente a dependência desta fonte de financiamento, através de um acrescido envolvimento no mercado de operações

de venda de activos com acordo de recompra (*repo*), tendo o montante global destas operações situado-se em 1,5 mil milhões de euros no final de Março de 2011, com um aumento substancial do número de contrapartes e uma diversificação de prazos e montantes.

O reforço da carteira de activos elegíveis como colateral para operações de financiamento junto de BCE prosseguiu neste primeiro trimestre de 2011, através de uma nova emissão de obrigações hipotecárias no montante de 1.000 milhões de euros, materializando a titularização de uma carteira de crédito hipotecário residencial. Não obstante a alteração dos critérios de elegibilidade dos activos e de revisão dos *haircuts* sobre colaterais, a carteira de títulos elegíveis para colateral em eventuais operações de financiamento junto de Bancos Centrais situou-se em 20,1 mil milhões de euros, incluindo uma operação que deixou de integrar a *pool* no final de Março de 2011 e que foi retomada no decurso do mês de Abril de 2011.

CAPITAL

Na sequência da solicitação oportunamente endereçada pelo Millennium bcp, o Banco de Portugal autorizou formalmente a adopção de metodologias baseadas em modelos de notações internas (IRB) no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte, cobrindo uma parte substancial dos riscos da actividade em Portugal e com efeitos a 31 de Dezembro de 2010.

No final do primeiro trimestre de 2011, o rácio Core Tier I consolidado ascendeu a 6,7% e os rácios Tier I e Total fixaram-se, respectivamente, em 9,2% e em 10,3%, situando-se ao nível dos valores reportados no final de 2010.

O rácio Core Tier I melhorou 3 pontos base no primeiro trimestre de 2011, devido à redução dos riscos ponderados e aos resultados retidos, não obstante o efeito negativo, no Core Tier I, da amortização dos impactos diferidos autorizados pelo Banco de Portugal relacionados com a transição para as IFRS, a tábua de mortalidade de 2005 e as perdas actuariais de 2008, que condicionaram a evolução daquele agregado no período em análise.

Os riscos ponderados caíram 1,2 mil milhões de euros face ao final de 2010, reflectindo em boa medida a redução da actividade associada ao processo de *deleveraging* em curso, nomeadamente em termos de exposições de crédito a clientes e instituições financeiras, a par da manutenção do esforço de optimização e de reforço de colaterais e da diminuição dos requisitos de capital para riscos de mercado.

RÁCIO DE SOLVABILIDADE

<i>Milhões de euros</i>	31 Mar. 11	31 Dez. 10
Fundos Próprios		
Base	5.392	5.455
dos quais: Acções preferenciais e “Valores”	1.933	1.935
Outras deduções ⁽¹⁾	(446)	(446)
Complementares	722	774
Deduções aos Fundos Próprios Totais	(117)	(113)
Total	5.997	6.116
Riscos Ponderados	58.400	59.564
Rátios de Solvabilidade		
Core Tier I	6,7%	6,7%
Tier I	9,2%	9,2%
Tier II	1,1%	1,1%
Total	10,3%	10,3%

(1) Inclui as deduções relacionadas com o diferencial de perdas esperadas face à imparidade e com a detenção de participações significativas no capital de instituições financeiras não consolidadas para efeitos prudenciais, nomeadamente as associadas às participações detidas na Millenniumbcp Ageas e no Banque BCP (França e Luxemburgo).

Nota: O Banco de Portugal autorizou a utilização dos métodos de notações internas (IRB) para o cálculo de requisitos de fundos próprios para risco de crédito, com efeitos a 31 de Dezembro de 2010. Foram consideradas estimativas próprias das probabilidades de incumprimento e das perdas dado o incumprimento (IRB Advanced) para as exposições de retalho sobre pequenas empresas e colateralizadas por bens imóveis, residenciais ou comerciais, e estimativas próprias para as probabilidades de incumprimento (IRB Foundation) para as carteiras de empresas, em Portugal, excluindo as do segmento de promoção imobiliária e as tratadas pelo sistema de rating simplificado. No 1º semestre de 2009, o Banco recebeu autorização do Banco de Portugal para a utilização do método avançado (modelo interno) para o risco genérico de mercado e para a utilização do método padrão para o risco operacional.

SEGMENTOS

O Millennium bcp desenvolve um conjunto de actividades bancárias e de serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca de Retalho, de Banca de Empresas, de Corporate & Banca de Investimento e de Private Banking & Asset Management.

Caracterização dos segmentos

O segmento Banca de Retalho inclui: (i) a Banca de Retalho em Portugal, a qual se encontra delineada tendo em consideração os clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados clientes Mass-market, e os clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento, justificam uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de cliente dedicado, designados clientes Prestige e Negócios; e (ii) o ActivoBank, um banco vocacionado para clientes com espírito jovem, utilizadores intensivos das novas tecnologias de comunicação e que privilegiam uma relação bancária assente na simplicidade, oferecendo serviços e produtos inovadores. A Banca de Retalho funciona, no âmbito da estratégia de cross-selling do Grupo, como canal de distribuição de produtos e serviços de outras empresas do Grupo.

O segmento Banca de Empresas em Portugal, serve as necessidades financeiras de empresas com volume anual de negócios compreendidos entre 7,5 milhões de euros e 100 milhões de euros, apostando na inovação e numa oferta global de produtos bancários tradicionais complementada com financiamentos especializados. No âmbito da estratégia de cross-selling, a Banca de Empresas funciona como canal de distribuição de produtos e serviços de outras empresas do Grupo.

O segmento Corporate & Banca de Investimento inclui: i) a rede Corporate em Portugal, dirigida a empresas e entidades institucionais com um volume anual de negócios superior a 100 milhões de euros, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado; ii) a Banca de Investimento, especializada no mercado de capitais, na prestação serviços de consultoria e assessoria estratégica e financeira, serviços especializados de Project finance, Corporate finance, corretagem de valores mobiliários e Equity research, bem como na estruturação de produtos derivados de cobertura de risco; e iii) a actividade da Direcção Internacional do Banco.

O segmento Private Banking & Asset Management, para efeitos de segmentos geográficos, engloba a rede de Private Banking em Portugal e as subsidiárias especializadas no negócio de gestão de fundos de investimento que operam em Portugal. Em termos de segmentos de negócio inclui também a actividade do Banque Privée BCP e do Millennium bcp Bank & Trust.

O segmento Negócios no Exterior, para efeitos de segmentos geográficos, engloba as diferentes operações do Grupo fora de Portugal, nomeadamente o Bank Millennium na Polónia, o Millennium bank na Grécia, o Banque Privée BCP na Suíça, a Banca Millennium na Roménia, o Millennium bim em Moçambique, o Banco Millennium Angola em Angola, o Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão, o Millennium bank na Turquia (operação alienada em 27 de Dezembro de 2010) e o Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América (operação alienada em 15 de Outubro de 2010).

Para efeitos de segmentos de negócios, o segmento Negócios no Exterior contempla as diferentes operações do Grupo fora de Portugal anteriormente referidas com excepção do Banque Privée BCP na Suíça e do Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão que, neste âmbito, fazem parte do segmento Private Banking & Asset Management.

Na Polónia o Grupo está representado por um banco universal de âmbito nacional que oferece uma vasta gama de produtos e serviços financeiros a particulares e a empresas, na Grécia por uma operação baseada na inovação de produtos e serviços, na Suíça pelo Banque Privée BCP, uma operação de Private Banking de direito suíço e na Roménia por uma operação vocacionada para os segmentos de particulares e de pequenas e médias empresas. O Grupo encontra-se ainda representado em Moçambique por um banco universal, direccionado para clientes particulares e empresas, em Angola por um banco focado em clientes particulares, empresas e instituições do sector público e privado e nas Ilhas Caimão pelo Millennium bcp Bank & Trust, um banco especialmente vocacionado para a prestação de serviços internacionais, na área de Private Banking, a clientes com elevado património financeiro (segmento Affluent).

Actividade por segmentos

Os valores reportados para cada segmento resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, reflectindo também o impacto, ao nível do balanço e da demonstração de resultados, do processo de afectação de capital e de balanceamento de cada entidade, efectuado com base em valores médios. As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afectos através do processo de alocação, respeitando os critérios regulamentares de solvabilidade.

Tendo em consideração que o processo de alocação de capital obedece a critérios regulamentares de solvabilidade em vigor, os riscos ponderados, e consequentemente o capital afecto aos segmentos, baseiam-se na metodologia de Basileia II, aplicando-se: i) no primeiro trimestre de 2010 o método padrão para o cálculo dos requisitos de capital para riscos de crédito; e ii) no 1º trimestre de 2011 o IRB Advanced para riscos de crédito da carteira de Retalho relativos a pequenos negócios ou colateralizados por bens imóveis residenciais ou comerciais e IRB Foundation para o crédito a empresas, em Portugal, excepto promotores imobiliários e entidades do sistema de rating simplificado. A afectação de capital a cada segmento, no primeiro trimestre de 2011 e de 2010, resultou da aplicação de 6,5% aos riscos geridos por cada um dos segmentos.

A partir de 2009, mediante autorização concedida pelo Banco de Portugal, foi adoptado o método standard para o risco operacional e o método dos modelos internos para o risco genérico de mercado e para riscos cambiais, no perímetro gerido centralmente desde Portugal. O balanceamento das várias operações é assegurado por transferências internas de fundos, não se registando alterações ao nível consolidado.

Para efeitos de comparabilidade desta informação foram repercutidas, no primeiro trimestre de 2010, as alterações ocorridas no decurso de 2010 ao nível da organização dos segmentos: a Banca de Retalho e a Banca de Empresas foram individualizadas, a rede Corporate passou a fazer parte do segmento Corporate & Banca de Investimento e a Interfundos que fazia parte do segmento Private Banking & Asset Management passou a integrar a Banca de Empresas.

As contribuições líquidas de cada segmento não estão deduzidas, quando aplicável, dos interesses que não controlam. Assim, os valores das contribuições líquidas apresentados reflectem os resultados individuais das unidades de negócio, independentemente da percentagem de participação detida pelo Grupo, incluindo os impactos dos movimentos de fundos anteriormente descritos. A informação seguidamente apresentada foi preparada tendo por base as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e com a organização das áreas de negócio do Grupo em vigor em 31 de Março de 2011.

Banca de Retalho

A contribuição líquida da Banca de Retalho em Portugal ascendeu a 7,3 milhões de euros no primeiro trimestre de 2011, comparando com 37,0 milhões de euros relevados no período homólogo de 2010. O desempenho deste segmento reflecte o impacto da evolução desfavorável registada nas dotações para imparidade de crédito, na margem financeira e nos custos operacionais, tendo sido apenas parcialmente compensado pela subida dos outros proveitos líquidos.

O desempenho da margem financeira no primeiro trimestre de 2011 está influenciado pelo menor volume de crédito concedido e pela redução da taxa de margem financeira do crédito, não obstante o aumento das taxas de margem dos depósitos à ordem e a prazo.

O aumento dos outros proveitos líquidos no primeiro trimestre de 2011, face ao período homólogo de 2010, foi determinado pelo acréscimo das comissões, nomeadamente as relacionadas com crédito, seguros de poupança e operações de bolsa.

As dotações para imparidade registaram uma subida no primeiro trimestre de 2011, quando comparado com o valor relevado no período homólogo de 2010, como resultado do aumento dos sinais de imparidade da carteira de crédito na sequência da deterioração das condições económicas e financeiras das empresas e dos particulares.

O aumento registado nos custos operacionais evidenciou maiores custos com pensões, nomeadamente, a amortização das diferenças actuariais acima do corredor, e com gastos administrativos associados à recuperação de crédito.

Os recursos totais de clientes, reflectindo o esforço comercial na captação de recursos, mantiveram-se estáveis ascendendo a 36.043 milhões de euros em 31 de Março de 2011, face aos 36.181 milhões de euros em 31 de Março de 2010. Por seu turno, o crédito a clientes diminuiu 3,5%, totalizando 33.221 milhões de euros em 31 de Março de 2011, comparando com os 34.439 milhões de euros contabilizados na mesma data de 2010, influenciado pela redução do crédito à habitação, do crédito à promoção imobiliária, do crédito ao consumo, do financiamento a empresas e do *leasing* imobiliário.

<i>Milhões de euros</i>	31 Mar.11	31 Mar.10	Var. 11 / 10
Demonstração de resultados			
Margem financeira	111,4	133,4	-16,5%
Outros proveitos líquidos	117,4	109,6	7,2%
	228,8	243,0	-5,8%
Custos operacionais	173,5	165,1	5,1%
Imparidade	45,0	27,6	63,2%
Contribuição antes de impostos	10,4	50,4	-79,4%
Impostos	3,1	13,4	-76,9%
Contribuição líquida	7,3	37,0	-80,3%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	986	1.319	-25,2%
Rendibilidade do capital afecto	3,0%	11,4%	
Riscos ponderados	15.177	20.297	-25,2%
Rácio de eficiência	75,8%	67,9%	
Crédito a clientes ⁽¹⁾	33.221	34.439	-3,5%
Recursos totais de clientes	36.043	36.181	-0,4%

(1) Inclui papel comercial.

Nota: Crédito e os recursos de clientes em saldos médios mensais.

Banca de Empresas

O segmento Banca de Empresas em Portugal registou uma contribuição líquida de 8,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2011, comparando com uma contribuição líquida de 12,8 milhões de euros no período homólogo de 2010. O desempenho deste segmento foi determinado pela redução dos outros proveitos líquidos na sequência da diminuição das comissões associadas a serviços financeiros e a negócio de empresas não residentes.

A evolução da margem financeira reflecte o efeito da redução dos volumes de negócio e do aumento da taxa de margem financeira dos recursos à ordem e do crédito, na sequência do alinhamento do *pricing* das novas operações contratadas de modo a adequar o preço dos produtos ao perfil de risco de cada cliente.

A redução das dotações para imparidade registada no primeiro trimestre de 2011, quando comparada com o período homólogo de 2010, decorre do esforço de monitorização e acompanhamento efectuado e traduz o resultado do reforço da cobertura dos sinais de imparidade da carteira de crédito observado em 2010.

A diminuição dos custos operacionais encontra-se suportada nas medidas de simplificação organizativa e de optimização dos processos, que têm vindo a ser implementadas de forma consistente, consubstanciada nas reduções observadas nos outros gastos administrativos.

Os recursos totais de clientes ascenderam a 2.797 milhões de euros em 31 de Março de 2011, comparando com os 3.026 milhões de euros atingidos em 31 de Março de 2010 e reflectem, essencialmente, o desempenho dos activos sob gestão.

O crédito a clientes diminuiu 4,5%, ao totalizar 9.894 milhões de euros em 31 de Março de 2011, comparando com os 10.364 milhões de euros contabilizados na mesma data de 2010, determinado pela redução do financiamento em moeda nacional, do papel comercial e do crédito à promoção imobiliária.

<i>Milhões de euros</i>	31 Mar.11	31 Mar.10	Var. 11 / 10
Demonstração de resultados			
Margem financeira	42,0	44,1	-4,8%
Outros proveitos líquidos	18,0	26,2	-31,3%
	60,0	70,3	-14,7%
Custos operacionais	14,6	15,2	-4,3%
Imparidade	33,2	37,7	-12,0%
Contribuição antes de impostos	12,3	17,4	-29,5%
Impostos	3,5	4,6	-23,1%
Contribuição líquida	8,7	12,8	-31,8%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	616	659	-6,5%
Rendibilidade do capital afecto	5,7%	7,9%	
Riscos ponderados	9.477	10.133	-6,5%
Rácio de eficiência	24,3%	21,6%	
Crédito a clientes ⁽¹⁾	9.894	10.364	-4,5%
Recursos totais de clientes	2.797	3.026	-7,6%

(1) Inclui papel comercial.

Nota: Crédito e os recursos de clientes em saldos médios mensais.

Corporate & Banca de Investimento

No segmento Corporate & Banca de Investimento a contribuição líquida ascendeu a 22,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2011, comparando com 26,5 milhões de euros relevados no período homólogo de 2010. Esta evolução foi determinada pelo aumento das dotações para imparidade de crédito e pela redução da margem financeira, não obstante o bom desempenho dos outros proveitos líquidos e o controlo dos custos operacionais.

A margem financeira, por seu turno, foi condicionada pelo efeito taxa de juro desfavorável, resultante da diminuição dos *spreads* dos depósitos à ordem, apesar do enfoque na rendibilidade através, nomeadamente, do reforço do processo de *repricing* das operações de crédito, de forma a adequar o preçário ao perfil de risco dos clientes.

O acréscimo dos outros proveitos líquidos decorre do aumento das comissões na rede Corporate, em linha com a prioridade estratégica de enfoque na cobrança de comissões, com destaque para as comissões associadas ao crédito, aos serviços financeiros e aos derivados, apesar da diminuição dos resultados em operações financeiras.

Ao nível dos recursos e do crédito a clientes, e em conformidade com a prioridade estratégica de *deleverage*, continuamos a assistir no primeiro trimestre de 2011 à limitação de novas operações do lado do crédito e ao esforço de captação de recursos. Assim, os recursos totais de clientes cresceram 19,5%, ascendendo a 13.928 milhões de euros em 31 de Março de 2011, comparando com 11.656 milhões de euros apurados em 31 de Março de 2010. O crédito a clientes atingiu 12.860 milhões de euros no final de Março de 2011, reduzindo 1,0% face aos 12.985 milhões de euros contabilizados no final de Março de 2010, decorrente do desempenho dos financiamento em moeda nacional e do crédito sindicado.

<i>Milhões de euros</i>	31 Mar.11	31 Mar.10	Var. 11 / 10
Demonstração de resultados			
Margem financeira	51,0	53,7	-5,0%
Outros proveitos líquidos	46,7	46,1	1,4%
	97,7	99,8	-2,0%
Custos operacionais	18,3	18,4	-0,4%
Imparidade	47,3	45,3	4,3%
Contribuição antes de impostos	32,2	36,1	-10,9%
Impostos	9,3	9,6	-2,5%
Contribuição líquida	22,8	26,5	-13,9%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	1.103	930	18,6%
Rendibilidade do capital afecto	8,4%	11,6%	
Riscos ponderados	16.970	14.309	18,6%
Rácio de eficiência	18,8%	18,4%	
Crédito a clientes ⁽¹⁾	12.860	12.985	-1,0%
Recursos totais de clientes	13.928	11.656	19,5%

(1) Inclui papel comercial.

Nota: Crédito e os recursos de clientes em saldos médios mensais.

Private Banking & Asset Management

O segmento Private Banking & Asset Management, considerando o critério de segmentação geográfica, registou uma contribuição líquida positiva de 0,1 milhões de euros no primeiro trimestre de 2011, comparando favoravelmente com uma contribuição líquida negativa de 5,0 milhões de euros no período homologado de 2010. Esta evolução reflecte, essencialmente, a redução das dotações para imparidade de crédito e o aumento dos outros proveitos líquidos que permitiu mitigar o decréscimo da margem financeira.

A redução da margem financeira reflecte o decréscimo quer dos volumes de negócio quer das taxas de margem financeira dos recursos a prazo e do crédito a clientes, não obstante o esforço de implementação do repricing de forma a reflectir o custo do risco e de liquidez e o aumento das taxas de margem financeira dos recursos à ordem.

O acréscimo dos outros proveitos líquidos em 32,7% reflecte a revisão do preçário no sentido da sua adequação à proposta de valor do Banco, e decorre da actividade do Private Banking em Portugal encontrando-se associado, essencialmente, ao aumento das comissões de fundos de terceiros e de fundos de investimento.

A redução das dotações para imparidade decorre da estratégia seguida de gestão da qualidade da carteira de crédito, nomeadamente através do reforço dos colaterais, beneficiando também da diminuição registada na carteira de crédito.

Os recursos totais de clientes ascenderam a 5.676 milhões de euros em 31 de Março de 2011, comparando com os 5.990 milhões de euros atingidos em 31 de Março de 2010.

O crédito a clientes totalizou 1.309 milhões de euros em 31 de Março de 2011, decrescendo 28,6% face a 31 de Março de 2010, como resultado da redução do crédito concedido pelo Private Banking em Portugal.

<i>Milhões de euros</i>	31 Mar.11	31 Mar.10	Var. 11 / 10
Demonstração de resultados			
Margem financeira	4,3	7,1	-39,2%
Outros proveitos líquidos	7,1	5,3	32,7%
	11,4	12,4	-8,3%
Custos operacionais	8,1	8,2	-0,1%
Imparidade	3,2	11,2	-71,4%
Contribuição antes de impostos	0,0	(7,0)	
Impostos	(0,1)	(1,9)	
Contribuição líquida	0,1	(5,0)	
Síntese de indicadores			
Capital afecto	53	85	-38,1%
Rendibilidade do capital afecto	0,7%	-24,0%	
Riscos ponderados	810	1.309	-38,1%
Rácio de eficiência	71,8%	65,9%	
Crédito a clientes	1.309	1.833	-28,6%
Recursos totais de clientes	5.676	5.990	-5,2%

Nota: Crédito e os recursos de clientes em saldos médios mensais.

Negócios no Exterior

A contribuição líquida do segmento Negócios no Exterior, considerando o critério de segmentação geográfica, ascendeu a 32,1 milhões de euros no primeiro trimestre de 2011, comparando com uma contribuição líquida de 34,6 milhões de euros no período homólogo de 2010, determinada pelo desempenho da operação na Grécia.

O aumento da margem financeira em 8,0% face ao primeiro trimestre 2010, foi observado na generalidade das geografias, com excepção da Grécia, incorporando, não apenas o efeito volume, mas também o efeito taxa de juro, associada à subida das taxas de juro nas operações contratadas. O bom desempenho da margem financeira está suportado nas operações desenvolvidas na Polónia, em Angola, em Moçambique e na Roménia.

O decréscimo dos outros proveitos líquidos incorpora a diminuição dos resultados cambiais, com destaque para as operações na Polónia e em Moçambique e para o desempenho das comissões apuradas nas operações da Grécia e da Suíça, não obstante o contributo positivo das comissões geradas pelas actividades desenvolvidas em Angola, em Moçambique e na Polónia.

O decréscimo dos custos operacionais no primeiro trimestre de 2011, face ao período homólogo de 2010, reflecte, em parte, os custos operacionais relevados no primeiro trimestre de 2010 relacionados com as actividades desenvolvidas na Turquia e nos Estados Unidos da América, as quais foram entretanto alienadas. Este impacto positivo permitiu colmatar o aumento dos custos operacionais nas operações desenvolvidas na Polónia, em Angola e em Moçambique, nestas duas últimas geografias como reflexo da estratégia de crescimento orgânico.

A redução das dotações para imparidade e provisões em 15,0% face ao período homólogo, está associada ao menor nível de provisionamento relevado em todas as geografias à excepção da Grécia.

O crédito concedido a clientes cresceu 1,3%, ascendendo a 16.512 milhões de euros em 31 de Março de 2011, beneficiando do desempenho do crédito a particulares, e reflectindo o crescimento evidenciado nas operações desenvolvidas na Polónia, em Moçambique e em Angola.

Os recursos totais de clientes diminuíram 1,7%, totalizando 15.996 milhões de euros em 31 de Março de 2011, apesar do desempenho favorável dos produtos de capitalização.

<i>Milhões de euros</i>	31 Mar.11	31 Mar.10	Var. 11 / 10
Demonstração de resultados			
Margem financeira	136,4	126,3	8,0%
Outros proveitos líquidos	82,6	99,8	-17,2%
	219,1	226,1	-3,1%
Custos operacionais	143,0	144,1	-0,8%
Imparidade	34,2	40,2	-15,0%
Contribuição antes de impostos	41,9	41,8	0,3%
Impostos	9,8	7,2	-36,4%
Contribuição líquida	32,1	34,6	-7,2%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	1.242	1.360	-8,7%
Rendibilidade do capital afecto	10,5%	10,3%	
Riscos ponderados	14.353	14.474	-0,8%
Rácio de eficiência	65,3%	63,7%	
Crédito a clientes	16.512	16.303	1,3%
Recursos totais de clientes	15.996	16.270	-1,7%

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS

A concretização de um conjunto de iniciativas no âmbito da estratégia de gestão da liquidez, nomeadamente o esforço de captação de recursos de balanço, a redução do crédito e a recomposição do balanço; a continuação do ajustamento do preçário face à evolução do custo de *funding*, suportando a evolução positiva dos proveitos *core*; a adopção de medidas adicionais de controlo dos custos operacionais; a política de proximidade aos Clientes e a promoção da inovação como vantagem competitiva determinante constituíram os acontecimentos mais significativos na actividade do Millennium bcp no primeiro trimestre de 2011. Merecem especial relevância:

- Celebração do 1.º aniversário do ActivoBank com a inauguração da 5.ª sucursal, no Centro Comercial Vasco da Gama em Lisboa. Para comemorar a data, o ActivoBank disponibilizou ainda aos seus novos Clientes depósitos a prazo com taxas atractivas, a par de produtos e serviços inovadores e suportados nas novas tecnologias.
- Reunião do Conselho da Rede Europeia de Microfinança, em Lisboa, tendo o Microcrédito do Millennium bcp sido o anfitrião da reunião.
- Lançamento de uma nova versão da aplicação *App Millennium*, para o *tablet iPad*, o que acresce à oferta do Millennium bcp em aplicações de banca móvel, que abrange já os equipamentos *iPhone* e *iPod Touch*, *BlackBerry*, *smartphones Java* e *Android*.
- Lançamento do Movimento Milénio, uma iniciativa, promovida pelo Jornal Expresso e pelo Millennium bcp que visa antecipar respostas sobre temas de grande importância para o país criando, assim, um debate público sobre os principais pilares da sociedade: Negócios, Democracia, Consumo e Cidades.
- Parceria da AESE - Escola de Direcção e Negócios, a ENTRAJUDA e a Fundação Millennium bcp para a organização conjunta de mais um programa de Gestão das Organizações Sociais, programa de aperfeiçoamento destinado a dirigentes de instituições do sector social, patrocinado pelo Millennium bcp.
- Celebração em parceria com a Microsoft Portugal, do “Dia da Internet Segura”, que juntou 156 voluntários do Banco, da Microsoft e EPIS, que se deslocaram a 71 estabelecimentos de ensino para transmitir noções sobre segurança na Internet e promoção de práticas de ética e comportamentos seguros online, junto de crianças do 1.º e 2.º ciclos, jovens do ensino secundário e respectivos pais.
- Inauguração da exposição “Arte Partilhada Millennium bcp Abstracção”, compreendendo 74 obras do abstraccionismo português e estrangeiro.
- Mostra de vestígios arqueológicos de ânforas que marcaram a Lisboa cosmopolita do Império Romano, em exposição, na Rua Augusta, em Lisboa, no mesmo espaço que acolheu a exposição “Ossos que contam História”, visitada por mais de 20 mil pessoas.
- Lançamento na Polónia de um novo canal de acesso ao banco, o *Mobile banking*, através de sistema seguro e transparente que permite ter o Banco sempre à mão.
- Lançamento de um novo produto, completamente inovador no mercado Moçambicano - o *NetSh@p*. Destinado a Empresas e a ENIs, consistindo num conceito de negócio através da Internet. O Millennium bim disponibiliza uma plataforma de pagamento electrónica para que a venda possa ser *online*, com total segurança em todas as etapas, incluindo o pagamento.
- Parceria entre o Millennium bim e a Vodacom, definindo áreas de cooperação e parcerias, no âmbito do aproveitamento de sinergias conjuntas que permitirão disponibilizar soluções tecnológicas de Banca Móvel e realizar diversas acções de animação comercial conjuntas.
- Lançamento pelo Millennium bank na Grécia conjuntamente com o parceiro de seguros Interamerican S.A. de um novo programa de *bancassurance* para cobertura de “Bens Pessoais”, procurando criar um produto que correspondesse às necessidades dos clientes *Mass-market*.
- Lançamento de uma nova linha de negócio para clientes *Affluent*, com produtos e serviços exclusivos, incluindo uma rede dedicada de sucursais e gestores na Roménia.
- “Best Private Bank”, em Portugal, atribuído pela revista Euromoney ao Millennium bcp.
- “Best Demonstrated Practice” no envolvimento dos Colaboradores na organização, atribuído ao programa Mil Ideias em Portugal pelo Corporate Executive Board, através da sua prática de gestão

de recursos humanos e liderança (CLC Human Resources). O portal do programa Mil Ideias foi assim perfilado no research “Building Engagement Capital” elaborado pela CLC Human Resources.

- “Best Sustainability Deal 2010” atribuído pela Revista EMEA Finance ao projecto Eólico Margonin, financiado em regime de *project finance* pelo Bank Millennium e em que o Millennium investment banking assumiu o papel de consultor financeiro.
- “Melhor Banco em Moçambique” atribuído pela Global Finance.
- Na sequência do anúncio da colocação do rating em “*Credit Watch Negative*” em 1 de Dezembro de 2010, e imediatamente após o pedido de demissão do Primeiro-Ministro, em 25 de Março de 2011, a S&P procedeu à redução da notação de *rating* de longo prazo da República Portuguesa em 2 níveis (*notches*), de “A-” para “BBB”. Posteriormente, em 28 de Março de 2011, a S&P reduziu a notação de *rating* de longo prazo do Banco Comercial Português, S.A., também em 2 *notches*, de “BBB+” para “BBB-”. A notação de *rating* de curto prazo foi revista de “A-2” para “A-3”. A notação de *rating* de longo prazo, quer a notação de *rating* de curto prazo permanecem em observação com implicações negativas (“*Credit Watch negative*”), reflectindo a possibilidade de *downgrades* adicionais do *rating* da República Portuguesa e respectivo impacto indirecto no risco de crédito do BCP.
- Na sequência da redução da notação de *rating* de longo prazo da República Portuguesa de “A3” para “Baa1”, a Moody's anunciou em 6 de Abril de 2011 que procedeu à redução da notação de *rating* de longo prazo do Banco Comercial Português, S.A. (BCP) de “A3” para “Baa3”, enquanto a notação de *rating* de curto prazo foi revista de “P-2” para “P-3”. A notação de BFSR (*Bank Financial Strength Rating*) foi revista de “D+” para “D”. As notações de *rating* permanecem em observação para uma possível revisão em baixa, com excepção das acções preferenciais e do BFSR que têm *outlook* negativo.
- Na sequência da redução da notação de *rating* de longo prazo da República Portuguesa em 3 níveis (*notches*), de “A-” para “BBB-”, a Fitch anunciou em 5 de Abril de 2011 que procedeu à revisão da notação de *rating* de longo prazo do Banco Comercial Português, S.A., em 2 *notches*, de “BBB+” para “BBB-”, enquanto a notação de *rating* de curto prazo foi revista de “F2” para “F3”.
- Em 18 de Abril de 2011, realizou-se a Assembleia Geral do Banco Comercial Português, S.A., no Porto, tendo estado presentes accionistas detentores de 53,39% do capital. Merecem destaque as seguintes deliberações: Aprovação do relatório de gestão, do balanço e das contas individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2010; Aprovação da proposta de aplicação de resultados do exercício; Aprovação de novos Estatutos, permitindo ao Millennium bcp, designadamente, ajustar e harmonizar o seu Contrato Societário às alterações que têm vindo a ocorrer no Código das Sociedades Comerciais e no Código dos Valores Mobiliários; Aprovação de uma operação de aumento de capital, num valor que poderá oscilar entre 1,12 e 1,37 mil milhões de euros e Eleição dos novos órgãos sociais do Banco.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

A recuperação económica mundial registou um novo impulso no primeiro trimestre de 2011 com um maior contributo das economias avançadas para o crescimento global. De acordo com as projecções macroeconómicas mais recentes do FMI, o PIB mundial poderá apresentar uma variação real na vizinhança de 4,5%, no biénio 2011-2012, semelhante ao seu padrão histórico de longo prazo. O risco de retorno a uma conjuntura recessiva atenuou-se. Em contrapartida aumentaram as pressões inflacionistas e o grau de sobreaquecimento da actividade económica em alguns países.

A política económica dever-se-á tornar progressivamente mais restritiva a nível global, orientada para a normalização das condições monetárias e para a sustentabilidade das finanças públicas a prazo, embora com intensidades distintas conforme as áreas económicas. Na UE tem-se privilegiado uma aceleração do processo de consolidação orçamental, nos EUA optou-se pelo prolongamento das medidas de estímulo por forma a sustentar um crescimento mais robusto do PIB nominal. Ambas as opções compreendem riscos: sobre a retoma económica ou sobre a sustentabilidade do endividamento a médio prazo. Como tal, a consolidação da retoma económica ainda enfrenta desafios relevantes cuja resolução determinará o sucesso global das políticas empreendidas para debelar a crise financeira e económica dos últimos anos.

Nos mercados financeiros o clima de confiança apresenta-se mais favorável, proporcionando a valorização dos activos financeiros cíclicos, como as acções, os activos dos mercados emergentes e o mercado de crédito. As taxas de juro aumentaram significativamente, em reacção à actividade económica mais robusta, ao aumento das pressões inflacionistas e à materialização das expectativas de alteração da política monetária. O Banco Central Europeu aumentou as taxas de juro em 25 p.b. para 1,25% em Abril. De acordo com as cotações do mercado a prazo, a taxa principal de refinanciamento poderá atingir os 2,0% no final do ano. A evolução dos diferenciais de taxas de juro entre os EUA e a UEM concorreu para a depreciação do dólar. Na área do euro o aumento exponencial dos prémios de risco exigidos pelos investidores para deter dívida pública da Grécia, da Irlanda e de Portugal evidencia algum cepticismo quanto ao sucesso dos planos de ajuda financeira disponíveis e pressiona a uma resposta mais consistente das instituições europeias face à complexidade colocada pela assimetria económica e financeira no seio da área do euro.

Na sequência da crescente dificuldade de financiamento do Estado português no mercado internacional, da incerteza política doméstica e da redução abrupta e incisiva nos ratings da República e demais entidades emitentes portuguesas, o Governo português solicitou formalmente às autoridades europeias e ao FMI a elaboração e implementação de um programa de ajustamento económico. Um programa desta natureza tende a operar em três vertentes: na consolidação das finanças públicas, na promoção do crescimento económico a prazo e na estabilização do financiamento do sector financeiro por via institucional. Será um programa de grande alcance, com implicações em muitas áreas da economia e da sociedade portuguesa, de grande exigência na execução e potencialmente gerador de rupturas e tensões. A correcção dos desequilíbrios orçamentais e a redução das necessidades de financiamento da economia portuguesa irão, com grande probabilidade, determinar uma retracção pronunciada da procura interna e consequente retorno a uma conjuntura recessiva no futuro próximo. Estas tendências estão em curso: no primeiro trimestre de 2011 a despesa em consumo terá registado uma queda expressiva por contrapartida de uma melhoria na componente externa. Nos primeiros meses de 2011, a produção de crédito novo ao sector privado reduziu-se em termos homólogos, com maior intensidade nos segmentos das grandes empresas e no crédito para habitação.

O enquadramento adverso deverá continuar a afectar a evolução e a rendibilidade do negócio bancário em Portugal, pela inevitabilidade do processo de desalavancagem, pelo encarecimento e escassez dos recursos financeiros disponíveis e pela pressão na qualidade do activo. A robustez financeira, aferida pelos níveis de capital e disponibilidade de liquidez, a responsabilidade na afectação ponderada dos recursos e a flexibilidade e capacidade de ajustamento face aos novos contextos constituem factores distintivos e de reforço da confiança dos clientes e dos investidores nas instituições financeiras.

Na Grécia o contexto económico deverá permanecer desfavorável e com instabilidade financeira recorrente. Na Roménia despontam alguns indícios de melhoria da actividade económica. Num registo diferente, a economia polaca deverá manter um ciclo virtuoso, de forte crescimento económico e de redução do desemprego neste ano. O Banco Nacional da Polónia aumentou as taxas de juro para 4,0%, constituindo um factor de suporte adicional à estabilidade da moeda. As economias angolana e moçambicana deverão continuar a beneficiar da robustez do ciclo global das matérias primas e da adopção, no passado recente, de políticas de estabilização económica e financeira.

INFORMAÇÃO TRIMESTRAL INDIVIDUAL/CONSOLIDADA (Não Auditada)
(Modelo aplicável às entidades sujeitas à disciplina do Plano de Contas para o Sistema Bancário/Leasing/Factoring)

Empresa: Banco Comercial Português, S.A. _____
Sede: Praça D. João I, 28 - 4000-295 Porto _____ NIPC: 501 525 882 _____
Período de referência: _____ Valores de referência em 000Esc ☐ em Euros ☒
1º Trimestre ☒ 3º Trimestre ☐ 5º Trimestre⁽¹⁾ ☐ Início: 01/01/2011 Fim: 31/03/2011

Rubricas do Balanço	Individual			Consolidada		
	n (NCA)	n-1 (NCA)	Var. (%)	n (IAS)	n-1 (IAS)	Var. (%)
ACTIVO (Líquido)						
Créditos sobre Instituições de Crédito ⁽²⁾	8.622.759.187	10.032.898.979	-14,06%	2.179.477.946	3.158.883.260	-31,00%
Créditos sobre clientes	52.320.284.678	55.231.230.578	-5,27%	72.689.673.359	75.034.670.703	-3,13%
Títulos de rendimento fixo	25.215.926.792	15.211.017.659	65,77%	12.642.141.493	6.793.821.863	86,08%
Títulos de rendimento variável	1.648.678.103	2.784.994.613	-40,80%	1.057.910.623	2.229.908.547	-52,56%
Participações	3.903.943.117	3.897.261.772	0,17%	364.341.909	461.461.604	-21,05%
CAPITAIS PRÓPRIOS E EQUIPARADOS						
Valor do Capital social	4.694.600.000	4.694.600.000	0,00%	4.694.600.000	4.694.600.000	0,00%
Nº de ações ordinárias	4.694.600.000	4.694.600.000	-	4.694.600.000	4.694.600.000	-
Nº de ações de outra natureza	0	0	-			-
Valor das Ações próprias	2.648.256	4.552.040	-41,82%	15.884.393	23.611.407	-32,73%
Nº de ações com voto	4.334.938	5.487.664	-	27.314.342	28.617.964	-
Nº de ações pref. Sem voto	0	0	-			-
Empréstimos subordinados	2.740.091.997	3.608.281.347	-24,06%	1.352.633.135	2.195.229.307	-38,38%
Interesses minoritários	0	0	-	482.646.764	460.388.295	4,83%
PASSIVO						
Débitos p/ c/ instituições de crédito	26.971.868.904	17.186.595.065	56,94%	19.408.731.690	11.588.562.616	67,48%
Débitos para com clientes	30.750.386.414	31.441.137.810	-2,20%	44.866.924.684	45.978.455.070	-2,42%
Débitos representados por títulos	13.931.756.553	16.715.093.810	-16,65%	17.098.509.642	21.789.893.201	-21,53%
TOTAL DO ACTIVO (Líquido)	99.533.118.985	94.599.099.418	5,22%	96.628.718.845	96.660.247.688	-0,03%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	6.500.670.872	6.723.333.856	-3,31%	6.724.489.457	6.963.207.903	-3,43%
TOTAL DO PASSIVO	93.032.448.113	87.875.765.562	5,87%	89.421.582.624	89.236.651.490	0,21%

Rubricas da Demonstração de Resultados	Individual			Consolidada		
	n	n-1	Var. (%)	n	n-1	Var. (%)
Margem Financeira⁽³⁾	230.515.170	191.105.948	20,62%	401.564.194	340.591.834	17,90%
Comissões e outros prov. exploração (líquido)	168.225.012	-8.298.962	-2127,06%	215.618.614	207.191.804	4,07%
Rend. Títulos e result. operac. financ. (líquido)	-47.605.515	378.378.386	-112,58%	23.764.981	136.223.663	-82,55%
Produto Bancário	351.134.667	561.185.372	-37,43%	640.947.789	684.007.301	-6,30%
Custos pessoal, administ. e outros custos	-206.943.948	-227.614.713	-9,08%	-331.401.880	-356.495.928	-7,04%
Amortizações	-10.483.897	-11.472.604	-8,62%	-24.828.425	-25.750.240	-3,58%
Provisões (líquidas de reposições)	-175.252.177	-248.370.201	-29,44%	-195.183.162	-186.577.194	4,61%
Resultados extraordinários	0	0	n.a.	0	0	n.a.
Resultados antes de impostos	-41.545.355	73.727.854	-156,35%	89.534.322	115.183.939	-22,27%
Imposto sobre o rendimento ⁽⁴⁾	16.668.228	55.624.133	-70,03%	-9.723.907	-22.006.485	-55,81%
Interesses minorit. e res. emp. excl. cons.	0	0	-	-2.080.618	3.226.511	-164,49%
Resultado líquido ao trimestre	-24.877.127	129.351.987	-119,23%	77.729.797	96.403.965	-19,37%
Resultado líquido ao trimestre por ação	-0,0053	0,0276	-119,23%	0,0166	0,0205	-19,37%
Autofinanciamento⁽⁵⁾	160.858.947	389.194.792	-58,67%	297.741.384	308.731.399	-3,56%

(1) Aplicável no primeiro exercício económico das sociedades que adoptem um exercício anual diferente do correspondente ao ano civil (Art.65.º - A do Código das Sociedades comerciais)

(2) Inclui disponibilidades à vista sobre Instituições de Crédito

(3) Margem Financeira = Juros e proveitos equiparados - Juros e custos equiparados

(4) Estimativa de imposto sobre rendimento

(5) Autofinanciamento = Resultados líquidos + Amortizações + Provisões

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Resultados Consolidados para os períodos de três meses findos em 31 de Março de 2011 e 2010

	31 Março 2011	31 Março 2010
	(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	946.874	795.917
Juros e custos equiparados	(545.310)	(455.325)
Margem financeira	401.564	340.592
Rendimentos de instrumentos de capital	27	865
Resultado de serviços e comissões	195.425	202.153
Resultados em operações de negociação e de cobertura	(741)	130.449
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	24.479	4.910
Outros proveitos de exploração	18.324	3.969
	639.078	682.938
Outros resultados de actividades não bancárias	5.104	4.200
Total de proveitos operacionais	644.182	687.138
Custos com o pessoal	191.994	208.835
Outros gastos administrativos	139.408	147.661
Amortizações do exercício	24.828	25.750
Total de custos operacionais	356.230	382.246
	287.952	304.892
Imparidade do crédito	(166.567)	(164.758)
Imparidade de outros activos	(25.092)	(15.607)
Outras provisões	(3.524)	(6.211)
Resultado operacional	92.769	118.316
Resultados por equivalência patrimonial	16.697	16.738
Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos	(3.234)	(3.133)
Resultado antes de impostos	106.232	131.921
Impostos		
Correntes	(25.291)	(13.381)
Diferidos	15.567	(8.625)
Resultado após impostos	96.508	109.915
Resultado consolidado do período atribuível a:		
Accionistas do Banco	77.730	96.404
Interesses que não controlam	18.778	13.511
Lucro do período	96.508	109.915
Resultado por acção (em euros)		
Básico	0,05	0,06
Diluído	0,05	0,06

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanço Consolidado em 31 de Março de 2011 e de 2010 e 31 de Dezembro de 2010

	31 Março 2011	31 Dezembro 2010	31 Março 2010
	(Milhares de Euros)		
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.564.141	1.484.262	1.742.502
Disponibilidades em outras instituições de crédito	949.217	1.259.025	811.113
Aplicações em instituições de crédito	1.230.261	2.343.972	2.347.771
Créditos a clientes	72.689.673	73.905.406	75.034.671
Activos financeiros detidos para negociação	4.052.975	5.136.299	3.678.290
Activos financeiros disponíveis para venda	2.879.766	2.573.064	3.051.393
Activos com acordo de recompra	20.726	13.858	6.882
Derivados de cobertura	352.787	476.674	403.856
Activos financeiros detidos até à maturidade	6.746.586	6.744.673	2.287.165
Investimentos em associadas	364.342	397.373	461.462
Activos não correntes detidos para venda	1.005.750	996.772	1.863.149
Propriedades de investimento	515.251	404.734	425.135
Outros activos tangíveis	592.891	617.240	626.705
Goodwill e activos intangíveis	398.532	400.802	530.844
Activos por impostos correntes	29.200	33.946	36.146
Activos por impostos diferidos	717.918	688.630	584.548
Outros activos	2.518.703	2.533.009	2.768.622
	96.628.719	100.009.739	96.660.254
Passivo			
Depósitos de instituições de crédito	19.408.731	20.076.556	8.312.044
Depósitos de clientes	44.866.925	45.609.115	45.978.455
Títulos de dívida emitidos	17.098.510	18.137.390	21.789.893
Passivos financeiros detidos para negociação	870.348	1.176.451	1.199.006
Outros passivos financeiros ao justo valor			
através de resultados	4.078.118	4.038.239	6.734.427
Derivados de cobertura	232.003	346.473	94.413
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	912.406
Provisões	238.141	235.333	234.813
Passivos subordinados	1.352.633	2.039.174	2.195.229
Passivos por impostos correntes	8.666	11.960	10.379
Passivos por impostos diferidos	-	344	4.040
Outros passivos	1.267.507	1.091.228	1.771.553
Total do Passivo	89.421.582	92.762.263	89.236.658
Capitais Próprios			
Capital	4.694.600	4.694.600	4.694.600
Títulos próprios	(83.223)	(81.938)	(89.080)
Prémio de emissão	192.122	192.122	192.122
Acções preferenciais	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Outros instrumentos de capital	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Reservas de justo valor	(241.545)	(166.361)	102.301
Reservas e resultados acumulados	84.806	(190.060)	(33.139)
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	77.730	301.612	96.404
Total de Capitais Próprios atribuíveis ao Grupo	6.724.490	6.749.975	6.963.208
Interesses que não controlam	482.647	497.501	460.388
Total de Capitais Próprios	7.207.137	7.247.476	7.423.596
	96.628.719	100.009.739	96.660.254

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES

31 de Março de
2011

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Resultados Consolidados para os período de três meses findos em 31 de Março de 2011 e 2010

	Notas	31 Março 2011	31 Março 2010
		(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	3	946.874	795.917
Juros e custos equiparados	3	(545.310)	(455.325)
Margem financeira		401.564	340.592
Rendimentos de instrumentos de capital	4	27	865
Resultados de serviços e comissões	5	195.425	202.153
Resultados em operações de negociação e de cobertura	6	(741)	130.449
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	7	24.479	4.910
Outros proveitos de exploração	8	18.324	3.969
		639.078	682.938
Outros resultados de actividades não bancárias		5.104	4.200
Total de proveitos operacionais		644.182	687.138
Custos com o pessoal	9	191.994	208.835
Outros gastos administrativos	10	139.408	147.661
Amortizações do exercício	11	24.828	25.750
Total de custos operacionais		356.230	382.246
		287.952	304.892
Imparidade do crédito	12	(166.567)	(164.758)
Imparidade de outros activos	26, 28 e 31	(25.092)	(15.607)
Outras provisões	13	(3.524)	(6.211)
Resultado operacional		92.769	118.316
Resultados por equivalência patrimonial	14	16.697	16.738
Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos	15	(3.234)	(3.133)
Resultado antes de impostos		106.232	131.921
Impostos			
Correntes	16	(25.291)	(13.381)
Diferidos	16	15.567	(8.625)
Resultado após impostos		96.508	109.915
Resultado consolidado do período atribuível a:			
Accionistas do Banco		77.730	96.404
Interesses que não controlam	44	18.778	13.511
Lucro do período		96.508	109.915
Resultado por acção (em Euros)	17		
Básico		0,05	0,06
Diluído		0,05	0,06

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanço Consolidado em 31 de Março de 2011 e de 2010 e 31 de Dezembro de 2010

	Notas	31 Março 2011	31 Dezembro 2010
(Milhares de Euros)			
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	18	1.564.141	1.484.262
Disponibilidades em outras instituições de crédito	19	949.217	1.259.025
Aplicações em instituições de crédito	20	1.230.261	2.343.972
Créditos a clientes	21	72.689.673	73.905.406
Activos financeiros detidos para negociação	22	4.052.975	5.136.299
Activos financeiros disponíveis para venda	22	2.879.766	2.573.064
Activos com acordo de recompra		20.726	13.858
Derivados de cobertura	23	352.787	476.674
Activos financeiros detidos até à maturidade	24	6.746.586	6.744.673
Investimentos em associadas	25	364.342	397.373
Activos não correntes detidos para venda	26	1.005.750	996.772
Propriedades de investimento	27	515.251	404.734
Outros activos tangíveis	28	592.891	617.240
Goodwill e activos intangíveis	29	398.532	400.802
Activos por impostos correntes		29.200	33.946
Activos por impostos diferidos	30	717.918	688.630
Outros activos	31	2.518.703	2.533.009
		<u>96.628.719</u>	<u>100.009.739</u>
Passivo			
Depósitos de instituições de crédito	32	19.408.731	20.076.556
Depósitos de clientes	33	44.866.925	45.609.115
Títulos de dívida emitidos	34	17.098.510	18.137.390
Passivos financeiros detidos para negociação	35	870.348	1.176.451
Outros passivos financeiros ao justo valor			
através de resultados	36	4.078.118	4.038.239
Derivados de cobertura	23	232.003	346.473
Provisões	37	238.141	235.333
Passivos subordinados	38	1.352.633	2.039.174
Passivos por impostos correntes		8.666	11.960
Passivos por impostos diferidos	30	-	344
Outros passivos	39	1.267.507	1.091.228
		<u>89.421.582</u>	<u>92.762.263</u>
Total do Passivo			
Capitais Próprios			
Capital	40	4.694.600	4.694.600
Títulos próprios	43	(83.223)	(81.938)
Prémio de emissão		192.122	192.122
Acções preferenciais	40	1.000.000	1.000.000
Outros instrumentos de capital	40	1.000.000	1.000.000
Reservas de justo valor	42	(241.545)	(166.361)
Reservas e resultados acumulados	42	84.806	(190.060)
Lucro líquido do período atribuível aos accionistas do Banco		77.730	301.612
		<u>6.724.490</u>	<u>6.749.975</u>
Total de Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas do Banco			
Interesses que não controlam	44	482.647	497.501
		<u>7.207.137</u>	<u>7.247.476</u>
Total de Capitais Próprios			
		<u>96.628.719</u>	<u>100.009.739</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados para os período de três meses findos em 31 de Março de 2011 e 2010

	31 Março 2011	31 Março 2010
	(Milhares de Euros)	
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Juros recebidos	842.718	768.164
Comissões recebidas	232.206	228.864
Recebimentos por prestação de serviços	49.298	11.325
Pagamento de juros	(516.019)	(441.587)
Pagamento de comissões	(42.005)	(35.642)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	5.559	1.961
Prémios de seguros recebidos	5.802	6.173
Pagamento de indemnizações da actividade seguradora	(1.761)	(1.738)
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores	(417.609)	(443.272)
	158.189	94.248
<i>Diminuição / (aumento) de activos operacionais:</i>		
Fundos adiantados a instituições de crédito	14.215	(323.658)
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	927.054	462.515
Fundos adiantados a clientes	1.169.925	161.858
Títulos negociáveis a curto prazo	751.030	165.083
<i>Aumento / (diminuição) nos passivos operacionais:</i>		
Débitos para com instituições de crédito – à vista	(102.711)	52.228
Débitos para com instituições de crédito – a prazo	(358.514)	(1.917.507)
Débitos para com clientes – à vista	(192.141)	(452.663)
Débitos para com clientes – a prazo	(563.483)	237.758
	1.803.564	(1.520.138)
Impostos sobre o rendimento (pagos) / recebidos	(7.954)	6.171
	1.795.610	(1.513.967)
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Dividendos recebidos	27	865
Juros recebidos de activos financeiros disponíveis para venda	59.774	31.966
Venda de activos financeiros disponíveis para venda	5.463.735	16.298.513
Compra de activos financeiros disponíveis para venda	(6.020.071)	(23.140.718)
Vencimentos de activos financeiros disponíveis para venda	127.225	6.470.761
Compra de imobilizações	(10.108)	(40.051)
Venda de imobilizações	8.661	22.509
Aumento / (diminuição) em outras contas do activo	7.981	(542.616)
	(362.776)	(898.771)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Emissão de dívida subordinada	114.925	-
Reembolso de dívida subordinada	(760.415)	(10.983)
Emissão de empréstimos obrigacionistas	45.988	1.665.926
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(898.026)	(1.356.727)
Emissão de papel comercial	287.413	4.103.333
Reembolso de papel comercial	(508.564)	(2.267.523)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo e interesses que não controlam	(106.037)	207.379
	(1.824.716)	2.341.405
Efeitos de alterações da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	(11.001)	3.187
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	(402.883)	(68.146)
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.952.447	1.523.026
Caixa (nota 18)	600.347	643.767
Outros investimentos de curto prazo (nota 19)	949.217	811.113
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.549.564	1.454.880

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração das alterações dos Capitais Próprios Consolidados para o período de três meses findos em 31 de Março de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de Euros)

							Outro rendimento integral do período					
	Total dos capitais próprios	Capital	Acções preferenciais	Outros instrumentos de capital	Prémio de emissão	Reservas legais e estatutárias	Reservas justo valor e cobertura fluxo de caixa	Outros	Reservas livres e resultados acumulados	'Goodwill'	Títulos próprios	Interesses que não controlam
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	7.220.801	4.694.600	1.000.000	1.000.000	192.122	435.410	93.760	(96.478)	2.526.210	(2.883.580)	(85.548)	344.305
Despesas relativas à emissão de valores mobiliários perpétuos	(6)	-	-	-	-	-	-	-	(6)	-	-	-
Rendimento relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(21.000)	-	-	-	-	-	-	-	(21.000)	-	-	-
Impostos relativos às despesas e aos juros da emissão de valores mobiliários perpétuos	5.251	-	-	-	-	-	-	-	5.251	-	-	-
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	96.404	-	-	-	-	-	-	-	96.404	-	-	-
Lucro do período atribuível aos Interesses que não controlam (nota 44)	13.511	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.511
Títulos próprios	(3.532)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.532)	-
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	3.187	-	-	-	-	-	-	3.187	-	-	-	-
Reservas de justo valor (nota 42)												
Activos financeiros disponíveis para venda	2.905	-	-	-	-	-	2.905	-	-	-	-	-
Cobertura de Fluxo de Caixa	5.636	-	-	-	-	-	5.636	-	-	-	-	-
Interesses que não controlam (nota 44)	102.572	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	102.572
Outras reservas de consolidação (nota 42)	(2.133)	-	-	-	-	-	-	-	(2.133)	-	-	-
Saldos em 31 de Março de 2010	7.423.596	4.694.600	1.000.000	1.000.000	192.122	435.410	102.301	(93.291)	2.604.726	(2.883.580)	(89.080)	460.388
Constituição de reservas (nota 42):												
Reserva legal	-	-	-	-	-	20.632	-	-	(20.632)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	10.000	-	-	(10.000)	-	-	-
Dividendos distribuídos em 2010	(89.095)	-	-	-	-	-	-	-	(89.095)	-	-	-
Despesas relativas à emissão de valores mobiliários perpétuos	6	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(49.000)	-	-	-	-	-	-	-	(49.000)	-	-	-
Impostos relativos às despesas e aos juros da emissão de valores mobiliários perpétuos	12.275	-	-	-	-	-	-	-	12.275	-	-	-
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	205.208	-	-	-	-	-	-	-	205.208	-	-	-
Lucro do período atribuível aos interesses que não controlam (nota 44)	45.796	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45.796
Dividendos acções preferenciais	(48.910)	-	-	-	-	-	-	-	(48.910)	-	-	-
Títulos próprios	7.142	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.142	-
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	15.239	-	-	-	-	-	-	15.239	-	-	-	-
Reservas de justo valor (nota 42)												
Activos financeiros disponíveis para venda	(248.997)	-	-	-	-	-	(248.997)	-	-	-	-	-
Cobertura de fluxo de caixa	(19.665)	-	-	-	-	-	(19.665)	-	-	-	-	-
Interesses que não controlam (nota 44)	(8.683)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.683)
Outras reservas de consolidação (nota 42)	2.564	-	-	-	-	-	-	-	2.564	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	7.247.476	4.694.600	1.000.000	1.000.000	192.122	466.042	(166.361)	(78.052)	2.607.142	(2.883.580)	(81.938)	497.501
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(21.000)	-	-	-	-	-	-	-	(21.000)	-	-	-
Impostos relativos aos juros da emissão de valores mobiliários perpétuos	5.272	-	-	-	-	-	-	-	5.272	-	-	-
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	77.730	-	-	-	-	-	-	-	77.730	-	-	-
Lucro do período atribuível aos interesses que não controlam (nota 44)	18.778	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.778
Títulos próprios	(1.285)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.285)	-
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	(11.001)	-	-	-	-	-	-	(11.001)	-	-	-	-
Reservas de justo valor (nota 42)												
Activos financeiros disponíveis para venda	(67.230)	-	-	-	-	-	(67.230)	-	-	-	-	-
Cobertura de fluxo de caixa	(7.954)	-	-	-	-	-	(7.954)	-	-	-	-	-
Interesses que não controlam (nota 44)	(33.632)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.632)
Outras reservas de consolidação (nota 42)	(17)	-	-	-	-	-	-	-	(17)	-	-	-
Saldos em 31 de Março de 2011	7.207.137	4.694.600	1.000.000	1.000.000	192.122	466.042	(241.545)	(89.053)	2.669.127	(2.883.580)	(83.223)	482.647

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral para os período de três meses findos em 31 de Março de 2011 e 2010

	Notas	31 Março 2011	31 Março 2010
		(Milhares de Euros)	
Reserva de justo valor			
Activos financeiros disponíveis para venda	42	(72.931)	406
Cobertura de fluxos de caixa	42	(9.820)	7.632
Impostos			
Activos financeiros disponíveis para venda	42	5.701	2.499
Cobertura de fluxos de caixa	42	1.866	(1.996)
		(75.184)	8.541
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	42	(11.001)	3.187
		(86.185)	11.728
Lucro do período		96.508	109.915
Total do rendimento integral do período		10.323	121.643
Atribuíveis a:			
Accionistas do Banco		(8.455)	108.132
Interesses que não controlam		18.778	13.511
Total do rendimento integral do período		10.323	121.643

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares

31 de Março de 2011

1. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

O Banco Comercial Português, S.A. Sociedade Aberta (o 'Banco') é um Banco de capitais privados, constituído em Portugal em 1985. Iniciou a sua actividade em 5 de Maio de 1986 e as demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os resultados das operações do Banco e de todas as suas subsidiárias (em conjunto 'Grupo') e a participação do Grupo nas associadas para os três meses findos em 31 de Março de 2011 e 2010.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') conforme aprovadas pela União Europeia (UE) a partir do exercício de 2005. As IFRS incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board ('IASB') bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ('IFRIC') e pelos respectivos órgãos antecessores. As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo do Banco em 26 de Abril de 2011. As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

O Grupo adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2010. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo para os três meses findos em 31 de Março de 2011 foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessa data. As demonstrações financeiras do período de 3 meses findo em 31 de Março de 2011 não incluem toda a informação a divulgar nas demonstrações financeiras anuais completas.

Em 2010, o Grupo adoptou a IFRS 3 (revista) - Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 – (alterada) – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, a IAS 39 (alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura e a IFRS 5 – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2010, tiveram impacto ao nível dos activos e passivos do Grupo. De acordo com as disposições transitórias destas normas, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados (negociação e *fair value option*) e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros activos financeiros e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Activos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda ('disposal groups') são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos activos do fundo, deduzido de perdas actuariais não reconhecidas.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração Executivo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na nota 1 ac).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

b) Bases de consolidação

A partir de 1 de Janeiro de 2010, o Grupo BCP passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de actividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospectivamente.

Participações financeiras em subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém mais de metade dos direitos de voto. Existe também controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses que não controlam excedem o interesse não controlado no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses que não controlam anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas. Após 1 de Janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Após 1 de Janeiro de 2010, numa operação de aquisição por partes adicionais ("*step acquisition*") que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Investimentos financeiros em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são consolidados pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Grupo não possui influência significativa, excepto quando essa influência pode ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração Executivo ou órgão de direcção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transacções materiais entre o Grupo e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão;
- fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada.

Diferenças de consolidação e de reavaliação - 'Goodwill'

O "*goodwill*" resultante das concentrações de actividades empresariais ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 foi registado por contrapartida de reservas.

As concentrações de actividades empresariais ocorridas após 1 de Janeiro de 2004 são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição, para aquisições ocorridas até 31 de Dezembro de 2009.

Após 1 de Janeiro de 2010, o registo dos custos directamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária passam a ser directamente imputados a resultados.

A partir da data de transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2004, a totalidade do "*goodwill*" positivo resultante de aquisições é reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O "*goodwill*" resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

O "*goodwill*" resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional da situação patrimonial adquirida, consoante a opção tomada.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

Caso o "goodwill" apurado seja negativo este é registado directamente em resultados do exercício em que a concentração de actividades ocorre.

O valor recuperável do "goodwill" das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos activos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Até 31 de Dezembro de 2009, os preços de aquisição contingentes eram determinados com base na melhor estimativa de pagamentos prováveis, podendo as alterações posteriores ser registadas por contrapartida de "goodwill". Após 1 de Janeiro de 2010, o "goodwill" não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados.

Aquisição e diluição de Interesses que não controlam

Até 31 de Dezembro de 2009, quando uma parte da participação numa subsidiária era alienada sem que tivesse ocorrido perda de controlo, a diferença entre o valor de venda e o valor contabilístico dos capitais próprios atribuídos à proporção do capital a ser alienada pelo Grupo, acrescido do valor contabilístico do "goodwill" relativo a essa subsidiária, era reconhecido em resultados do exercício como um ganho ou uma perda decorrente da alienação. O efeito de diluição ocorria quando a percentagem de participação numa subsidiária diminuía sem que o Grupo tivesse alienado as suas partes de capital nessa subsidiária, por exemplo, no caso em que o Grupo não participava proporcionalmente no aumento de capital da subsidiária. Até 31 de Dezembro de 2009 o Grupo reconhecia os ganhos e perdas decorrentes da diluição de uma participação financeira numa subsidiária na sequência de uma alienação ou aumento de capital nos resultados do exercício.

Também nas aquisições de interesses que não controlam, até 31 de Dezembro de 2009, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos foram registadas por contrapartida de "goodwill". As aquisições de interesses que não controlam, por via de contratos de opções de venda por parte dos interesses que não controlam ("written put options"), originaram o reconhecimento de uma responsabilidade pelo justo valor a pagar, por contrapartida de interesses que não controlam na parte adquirida. Sempre que existiu um diferencial entre os interesses que não controlam adquiridos e o justo valor da responsabilidade, esse diferencial foi registado por contrapartida de "goodwill". O justo valor foi determinado com base no preço definido no contrato, que poderá ser fixo ou variável. No caso do preço ser variável, o valor da responsabilidade é actualizado por contrapartida de "goodwill" e o efeito financeiro do desconto ("unwinding") dessa responsabilidade é registado por contrapartida de resultados. Este tratamento contabilístico mantém-se para as opções contratadas até 31 de Dezembro de 2009.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, a aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transacção com accionistas e, como tal, não é reconhecido "goodwill" adicional resultante desta transacção. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de balanço ou justo valor dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida directamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que não controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração de resultados.

Da mesma forma, após 1 de Janeiro de 2010, as aquisições de interesses que não controlam, por via de contratos de opções de venda por parte dos interesses que não controlam ("written put options"), originam o reconhecimento de uma responsabilidade pelo justo valor a pagar, por contrapartida de interesses que não controlam na parte adquirida. O justo valor é determinado com base no preço definido no contrato, que poderá ser fixo ou variável. No caso do preço ser variável, o valor da responsabilidade é actualizado por contrapartida de resultados, assim como o efeito financeiro do desconto ("unwinding") dessa responsabilidade é registado também por contrapartida de resultados. Após 1 de Janeiro de 2010, nas diluições de interesses que não controlam sem perda de controlo, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos são registadas por contrapartida de reservas.

Entidades de finalidade especial ("SPE")

O Grupo consolida pelo método integral SPE resultantes de operações de securitização de activos com origem em entidades do Grupo (conforme nota 21), quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios. Para além das referidas entidades resultantes de operações de securitização, não foram consolidados outros SPE por não estarem abrangidos pelos critérios abaixo referidos de acordo com a SIC 12.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12, analisados como segue:

- As actividades do SPE estão, em substância, a ser conduzidas a favor do Grupo, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que o Grupo obtenha benefícios do funcionamento do SPE;
- O Grupo tem os poderes de tomada de decisão para obter a maioria dos benefícios das actividades do SPE ou, ao estabelecer mecanismos de "auto-pilot", a entidade delegou estes poderes de tomada de decisão;
- O Grupo tem direitos para obter a maioria dos benefícios do SPE, estando consequentemente exposto aos riscos inerentes às actividades do SPE;
- O Grupo retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relativos ao SPE ou aos seus activos, com vista à obtenção de benefícios da sua actividade.

Gestão de fundos de investimento

O Grupo administra e gere activos detidos por fundos de investimento, cujas unidades de participação são detidas por terceiras entidades. As demonstrações financeiras destas entidades não são consolidadas pelo Grupo BCP, excepto quando o Grupo detém o controlo desses fundos de investimento, isto é, quando detém mais de 50% das unidades de participação.

No caso de o Grupo consolidar fundos de investimento imobiliário, os imóveis provenientes desses fundos são classificados como propriedades de investimento, conforme referido na política contabilística nota 1 r).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas do Grupo residentes no estrangeiro são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde estas operam ou como a moeda em que as subsidiárias obtêm os seus proveitos ou financiam a sua actividade. Na consolidação, o valor dos activos e passivos, incluindo o "*goodwill*", de subsidiárias residentes no estrangeiro é registado pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral, proporcional e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço, a que se reportam as contas consolidadas, são relevadas por contrapartida de reservas - diferenças cambiais. As diferenças cambiais resultantes dos instrumentos de cobertura relativamente às participações expressas em moeda estrangeira são anuladas de resultados do exercício no processo de consolidação, por contrapartida das diferenças cambiais registadas em capitais próprios em relação aquelas participações financeiras. Sempre que a cobertura não seja totalmente efectiva, a diferença apurada é registada por contrapartida de resultados do exercício.

Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros a uma taxa de câmbio aproximada das taxas em vigor na data em que se efectuaram as transacções. As diferenças cambiais resultantes da conversão em Euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas - diferenças cambiais.

Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro para as quais existe perda de controlo, as diferenças cambiais associadas à participação financeira e à respectiva operação de cobertura previamente registadas em reservas são transferidas para resultados, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Investimentos em empresas controladas conjuntamente

As entidades controladas conjuntamente, consolidadas pelo método proporcional, são entidades em que o Grupo tem controlo conjunto definido por acordo contratual. As demonstrações financeiras consolidadas incluem, nas linhas respectivas, a parcela proporcional do Grupo nos activos, passivos, receitas e despesas, com itens de natureza similar linha a linha, desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que cesse.

Transacções eliminadas em consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções, são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

c) Crédito a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Grupo expiram; ou (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, poderá ser classificada como carteira com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, que possam ser estimados de forma fiável.

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise colectiva.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

(i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade. Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- A exposição total de cada cliente junto do Grupo e a existência de crédito vencido;
- A viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- A existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- A deterioração significativa no 'rating' do cliente;
- O património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- A existência de credores privilegiados;
- O montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas por imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objectiva de imparidade são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são avaliadas colectivamente.

(ii) Análise colectiva

As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva podem ser calculadas através de duas perspectivas:

- para grupos homogêneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou
- em relação a perdas incorridas mas não identificadas ('IBNR') em créditos para os quais não existe evidência objectiva de imparidade (ver parágrafo (i) anterior).

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:

- experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- conhecimento das actuais envolventes económica e creditícia e da sua influência sobre o nível das perdas históricas; e
- período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos. Esta análise permite ao Grupo o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais, só ocorrerá em períodos futuros.

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspectiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

d) Instrumentos Financeiros

(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

1) Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

1a) Activos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais existe evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado classificado como de cobertura), são classificados como de negociação. Os dividendos associados a acções destas carteiras são registados em Resultados em operações de negociação e de cobertura.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos em margem financeira.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

1b) Outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option")

O Grupo adoptou o "Fair Value Option" para algumas emissões próprias, crédito e depósitos a prazo efectuados desde o exercício de 2007 que contêm derivados embutidos ou com derivados de cobertura associados. As variações de risco de crédito do Grupo associadas a passivos financeiros em "Fair Value Option" encontram-se divulgadas na nota da rubrica "Resultados em operações de negociação e de cobertura".

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

A designação de outros activos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados ("*Fair Value Option*") é realizada desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- os activos e passivos financeiros são geridos, avaliados e reportados internamente ao seu justo valor;
- a designação elimina ou reduz significativamente o "mismatch" contabilístico das transacções;
- os activos ou passivos financeiros contêm derivados embutidos que alteram significativamente os fluxos de caixa dos contratos originais ("*host contract*").

Os activos e passivos financeiros ao "*Fair Value Option*" são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados no momento inicial, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira com base na taxa de juro efectiva de cada transacção, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

2) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda detidos com o objectivo de serem mantidos pelo Grupo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados numa outra categoria de activos financeiros. Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções. Os activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva em margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

3) Activos financeiros detidos até à maturidade

Nesta categoria são reconhecidos activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Grupo tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de activos financeiros. Estes activos financeiros são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efectiva e reconhecido em margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará o Grupo a reclassificar integralmente esta carteira para activos financeiros disponíveis para venda e o Grupo ficará durante dois anos impossibilitado de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

4) Crédito a clientes - Crédito titulado

Os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado, e que o Grupo não tenha a intenção de venda imediata, nem num futuro próximo, podem ser classificados nesta categoria.

O Grupo apresenta nesta categoria, para além do crédito concedido, obrigações não cotadas e papel comercial. Os activos financeiros aqui reconhecidos são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva destes instrumentos financeiros. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

5) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos-valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Resultados de Operações Financeiras no momento em que ocorrem.

(ii) Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente de um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro ou grupo de activos financeiros que possa ser medido de forma fiável ou com base numa queda acentuada ou prolongada do justo valor do activo financeiro, abaixo do custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como activos financeiros disponíveis para venda aumente e esse aumento possa ser objectivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. A reversão das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda é registada por contrapartida de reservas de justo valor quando se revertem.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

(iii) Derivados embutidos

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal ("host contract"), desde que o instrumento híbrido (conjunto) não esteja, à partida, reconhecido ao justo valor através de resultados. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações de justo valor subsequentes registadas em resultados do exercício e apresentadas na carteira de derivados de negociação.

e) Contabilidade de cobertura

(i) Contabilidade de cobertura

O Grupo designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente efectiva;
- a efectividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do exercício, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

(ii) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

(iii) Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa, são reconhecidas em capitais próprios - reservas de fluxos de caixa na parte efectiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefectiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afecta resultados.

No caso de uma cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, quando o instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura, ou a relação de cobertura é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospectivamente. Desta forma, as variações de justo valor do derivado acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura podem ser:

- Diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto, ou;
- Reconhecidas de imediato em resultados do exercício, no caso de o instrumento coberto se ter extinguido.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transacção futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transacção futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

(iv) Efectividade de cobertura

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

(v) Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efectiva da relação de cobertura. A parte inefectiva é reconhecida em resultados do exercício. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respectiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

f) Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Em Outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros ("Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures"). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Activos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Activos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Activos financeiros detidos até à maturidade ("*Held-to-maturity*"), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- Se um activo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado activo; ou
- Quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

O Grupo adoptou esta possibilidade para um conjunto de activos financeiros, conforme descrito na nota 22.

As transferências de activos financeiros reconhecidas na categoria de Activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Activos financeiros detidos até à maturidade são permitidas.

São proibidas as transferências de e para outros Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados ("*Fair Value Option*").

g) Desreconhecimento

O Grupo desreconhece activos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos financeiros foram transferidos ou o Grupo não mantém controlo dos mesmos.

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

h) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As acções preferenciais emitidas pelo Grupo são classificadas como capital quando o reembolso ocorre apenas por opção do Grupo e os dividendos são pagos pelo Grupo numa base discricionária.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito ao seu recebimento é estabelecido e deduzidos ao capital próprio.

i) Instrumentos financeiros compostos

Os instrumentos financeiros que contenham um passivo financeiro e uma componente de capital (ex.: obrigações convertíveis) são classificados como instrumentos financeiros compostos. Para os instrumentos financeiros classificados como instrumentos compostos, os termos da sua conversão para acções ordinárias (número de acções) não podem variar em função de alterações do seu justo valor. A componente de passivo financeiro corresponde ao valor actual dos reembolsos de capital e juros futuros descontados à taxa de juro de mercado, aplicável a passivos financeiros similares que não possuam nenhuma opção de conversão. A componente de capital corresponde à diferença entre o valor recebido da emissão e o valor atribuído ao passivo financeiro. Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva. Os juros são reconhecidos em margem financeira.

j) Empréstimo de títulos e transacções com acordo de recompra

(i) Empréstimo de títulos

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou instituições financeiras. Os proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e proveitos ou custos equiparados (margem financeira).

(ii) Acordos de recompra

O Grupo realiza compras/vendas de títulos com acordo de revenda/recompra de títulos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os títulos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos em balanço. Os montantes pagos são reconhecidos em crédito a clientes ou aplicações em instituições de crédito. Os valores a receber são colateralizados pelos títulos associados. Os títulos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como depósitos de clientes ou de outras instituições de crédito.

A diferença entre as condições de compra/venda e as de revenda/recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou custos equiparados.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

k) Activos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os activos não correntes, grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente) e operações em descontinuação são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e passivos e os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como activos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As operações em descontinuação e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Grupo classifica igualmente em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de despesas e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo Grupo.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido de despesas, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

l) Locação financeira

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

m) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva. Os juros à taxa efectiva de activos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspectos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não esteja coberto por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a activos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de "Fair Value Option", a componente de juro é reconhecida em Juros e proveitos equiparados ou em Juros e custos equiparados (margem financeira).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

n) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

o) Resultados de operações financeiras (Resultados em operações de negociação e de cobertura e Resultados de activos financeiros disponíveis para venda)

O Resultado de operações financeiras reflecte os ganhos e perdas dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação e de derivados embutidos, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras. Inclui igualmente, os resultados do reconhecimento das perdas por imparidade, dividendos e mais ou menos-valias das alienações de activos financeiros disponíveis para venda. As variações de justo valor dos derivados afectos a carteiras de cobertura e dos itens cobertos, quando aplicável a cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas.

p) Actividades fiduciárias

Os activos detidos no âmbito de actividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas actividades são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

q) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o maior entre o valor de uso e o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Obras em edifícios alheios	10
Equipamento	4 a 12
Outras imobilizações	3

Sempre que exista uma indicação de que um activo fixo tangível possa ter imparidade, é efectuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse activo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido de custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de activos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

r) Propriedades de investimento

Os imóveis detidos pelos fundos de investimento consolidados pelo Grupo são reconhecidos como propriedades de investimento, dado que estes imóveis têm como objectivo a valorização do capital a longo prazo e não a venda a curto prazo, nem são destinados à venda no curso ordinário do negócio nem para sua utilização.

Estes investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção, e subsequentemente são reavaliados ao justo valor. O justo valor da propriedade de investimento deve reflectir as condições de mercado à data do balanço. As variações de justo valor são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica de Outros proveitos operacionais.

s) Activos intangíveis

Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento

O Grupo não procede à capitalização de despesas de investigação e desenvolvimento. Todos os encargos são registados como custo no exercício em que ocorrem.

Software

O Grupo regista em activos intangíveis os custos associados ao *software* adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em 3 anos. O Grupo não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de *software*.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

t) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

u) Offsetting

Os activos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando o Grupo tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

v) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

w) Benefícios a empregados

Plano de benefícios definidos

O Grupo tem a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de sobrevivência, nos termos do estabelecido nas duas convenções colectivas de trabalho que outorgou. Estes benefícios estão previstos nos planos de pensões "Plano ACT" e "Plano ACTQ" do "Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português", os quais correspondem ao plano base das referidas convenções colectivas (condições previstas no sistema de segurança social privado do sector bancário para a constituição do direito ao recebimento de uma pensão).

A par dos benefícios previstos nos dois planos acima referidos, o Grupo assumiu a responsabilidade, desde que verificadas determinadas condições em cada exercício, de atribuir complementos de reforma aos colaboradores do Grupo, tendo em conta as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva e a situação previdencial de cada um (Plano Complementar).

A responsabilidade líquida do Grupo com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada semestralmente, com referência a 31 de Dezembro e 30 de Junho de cada ano.

A partir de 1 de Janeiro de 2011, os empregados bancários serão integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passará a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade, adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro).

A taxa contributiva será de 26,6% cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que é extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no activo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

O Grupo optou na data da transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2004, pela aplicação retrospectiva da IAS 19, tendo efectuado o recálculo das responsabilidades com o fundo de pensões e dos respectivos ganhos e perdas actuariais, cujo diferimento é efectuado de acordo com o método do corredor definido nesta Norma. O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19.

Os custos de serviço corrente e o custo dos juros resultante do 'unwinding' dos passivos do plano deduzidos do retorno esperado dos activos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

A responsabilidade líquida do Grupo relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos do Fundo de Pensões.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte antes da reforma são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os custos resultantes de reformas antecipadas e os respectivos ganhos e perdas actuariais são registados por contrapartida de resultados no exercício em que as reformas antecipadas são aprovadas e comunicadas.

De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuarias não reconhecidos que excedam 10% do maior entre o valor actual das obrigações definidas e o justo valor dos activos do Fundo são registados por contrapartida de resultados pelo período correspondente à vida útil remanescente estimada dos colaboradores no activo.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

Os pagamentos aos fundos são efectuados anualmente por cada empresa do Grupo de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo, incluindo a cobertura do Plano Complementar. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Plano de contribuição definida

Para o Plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Grupo são reconhecidas como um custo do exercício quando devidas.

Planos de remuneração com acções

À data de 31 de Dezembro de 2010 não se encontra em vigor nenhum plano de remuneração com acções.

Remuneração variável paga aos colaboradores

Compete ao Conselho de Administração Executivo fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador, sempre que a mesma seja atribuída.

A remuneração variável atribuída aos colaboradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito.

x) Impostos sobre lucros

O Grupo está sujeito ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Adicionalmente são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Grupo procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

y) Relato por segmentos

O Grupo determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes. O Grupo controla a sua actividade através dos seguintes segmentos operacionais principais:

Portugal

- Banca de Retalho;
- Banca de Empresas;
- Private Banking e Gestão de Activos;
- Corporate Banking e Banca de Investimento.

Actividade no Estrangeiro

- Polónia;
- Grécia;
- Angola;
- Moçambique.

O agregado Outros inclui a actividade não alocada aos segmentos anteriormente referidos, nomeadamente a desenvolvida pelas subsidiárias na Roménia, Suíça, Cayman, Turquia e EUA.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

z) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

aa) Resultado por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Grupo pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Grupo e detidas como acções próprias.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

ab) Contratos de seguro

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado, é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento, reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Os activos financeiros detidos pelo Grupo para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes activos financeiros do Grupo.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados são reconhecidos e mensurados como segue:

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Provisão para prémios não adquiridos de seguro directo e resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efectuada mediante a aplicação do método "pro rata temporis", por cada recibo em vigor.

ac) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração Executivo utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração Executivo, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração Executivo considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia, entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

Perdas por imparidade em créditos a clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 1 c).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPE)

O Grupo patrocina a constituição de SPE com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos por motivos de liquidez e/ou de gestão de capital.

No âmbito da aplicação desta política e de acordo com a nota 21, foram incluídas no perímetro de consolidação os seguintes SPE resultantes de operações de securitização: NovaFinance nº 4, Magellan nº 2, 3, 5 e 6, Kion nº1 e 2, Orchis Sp zo.o, Caravela SME nº 1 e 2 e Tagus Leasing. Por outro lado o Grupo não consolidou os seguintes SPE igualmente resultantes das operações de securitização de crédito do Grupo: Magellan nº 1 e 4. Para estes SPE, que estão desreconhecidos no balanço, concluiu-se que foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios associados aos mesmos, uma vez que o Grupo não detém quaisquer títulos emitidos pelos SPE em causa que tenham exposição à maioria dos riscos residuais, nem está de outra forma exposto à *performance* das correspondentes carteiras de crédito.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais Portuguesas têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração Executivo considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

2. Margem financeira e resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e dos resultados em operações de negociação e de cobertura e em activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados em operações de negociação e de cobertura e em activos financeiros disponíveis para venda, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e para os resultados em operações de negociação e de cobertura e em activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	Mar 2011 Euros '000	Mar 2010 Euros '000
Margem financeira	401.564	340.592
Resultados em operações de negociação e de cobertura e em activos financeiros disponíveis para venda	<u>23.738</u>	<u>135.359</u>
	<u><u>425.302</u></u>	<u><u>475.951</u></u>

3. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2011 Euros '000	Mar 2010 Euros '000
<i>Juros e proveitos equiparados</i>		
Juros de crédito	720.104	640.007
Juros de títulos de negociação	35.785	24.985
Juros de outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	42
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	34.598	25.499
Juros de activos financeiros detidos até à maturidade	48.175	15.006
Juros de derivados de cobertura	71.753	53.260
Juros de derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	21.228	24.521
Juros de depósitos e outras aplicações	<u>15.231</u>	<u>12.597</u>
	<u>946.874</u>	<u>795.917</u>
<i>Juros e custos equiparados</i>		
Juros de depósitos e outros recursos	361.634	263.926
Juros de títulos com acordo de recompra	2.934	5.222
Juros de títulos emitidos	130.810	130.127
Juros de derivados de cobertura	10.449	5.848
Juros de derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	6.651	1.721
Juros de outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	<u>32.832</u>	<u>48.481</u>
	<u>545.310</u>	<u>455.325</u>
Margem financeira	<u><u>401.564</u></u>	<u><u>340.592</u></u>

A rubrica de Juros de crédito inclui o montante de Euros 11.639.000 (31 de Março de 2010: Euros 7.590.000) relativo a comissões e outros custos/proveitos contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 c).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

4. Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2011	Mar 2010
	Euros '000	Euros '000
Rendimentos de activos financeiros disponíveis		
para venda	27	864
Outros	-	1
	<u>27</u>	<u>865</u>

A rubrica Rendimentos de activos financeiros disponíveis para venda inclui dividendos e rendimentos de unidades de participação recebidos durante o período.

5. Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2011	Mar 2010
	Euros '000	Euros '000
<i>Serviços e comissões recebidas:</i>		
Por garantias prestadas	24.594	22.755
Por compromissos perante terceiros	115	110
Por serviços bancários prestados	138.779	143.889
Comissões da actividade seguradora	209	174
Outras comissões	63.419	64.122
	<u>227.116</u>	<u>231.050</u>
<i>Serviços e comissões pagas:</i>		
Por garantias recebidas	848	306
Por serviços bancários prestados por terceiros	19.865	19.760
Comissões da actividade seguradora	236	156
Outras comissões	10.742	8.675
	<u>31.691</u>	<u>28.897</u>
Resultados líquidos de serviços e comissões	<u>195.425</u>	<u>202.153</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

6. Resultados em operações de negociação e de cobertura

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2011	Mar 2010
	Euros '000	Euros '000
<i>Lucros em operações de negociação e de cobertura</i>		
Operações cambiais	2.302.206	1.078.959
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Detidos para Negociação		
Carteira de Títulos		
Rendimento fixo	7.849	25.390
Rendimento variável	4.011	1.042
Certificados e valores mobiliários estruturados emitidos	15.152	11.578
Derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	40.557	73.570
Outros instrumentos financeiros derivados	607.742	1.068.839
Outros instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	55.033	38.500
Recompras de emissões próprias	39.483	4.834
Contabilidade de cobertura		
Derivados de cobertura	182.195	108.892
Instrumentos cobertos	174.532	11.372
Outras operações	883	3.226
	<u>3.429.643</u>	<u>2.426.202</u>
<i>Prejuízos em operações de negociação e de cobertura</i>		
Operações cambiais	2.275.928	1.047.666
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Detidos para Negociação		
Carteira de Títulos		
Rendimento fixo	128.786	11.338
Rendimento variável	537	824
Certificados e valores mobiliários estruturados emitidos	19.846	12.610
Derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	25.235	65.518
Outros instrumentos financeiros derivados	576.151	1.036.798
Outros instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	52.127	4.653
Recompras de emissões próprias	1.002	1.589
Contabilidade de cobertura		
Derivados de cobertura	338.378	19.402
Instrumentos cobertos	8.790	94.897
Outras operações	3.604	458
	<u>3.430.384</u>	<u>2.295.753</u>
Resultados líquidos em operações de negociação e de cobertura	<u>(741)</u>	<u>130.449</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

7. Resultados em activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2011 Euros '000	Mar 2010 Euros '000
Lucros em operações com activos financeiros disponíveis para venda		
Rendimento fixo	3.170	756
Rendimento variável	24.975	5.515
Prejuízos em operações com activos financeiros disponíveis para venda		
Rendimento fixo	(3.666)	(448)
Rendimento variável	-	(913)
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	<u>24.479</u>	<u>4.910</u>

8. Outros proveitos de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2011 Euros '000	Mar 2010 Euros '000
<i>Proveitos</i>		
Prestação de serviços	8.150	9.932
Venda de cheques e outros	4.484	4.932
Outros proveitos de exploração	<u>24.148</u>	<u>3.610</u>
	<u>36.782</u>	<u>18.474</u>
<i>Custos</i>		
Impostos	7.034	7.725
Donativos e quotizações	1.297	1.504
Outros custos de exploração	<u>10.127</u>	<u>5.276</u>
	<u>18.458</u>	<u>14.505</u>
	<u>18.324</u>	<u>3.969</u>

9. Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2011 Euros '000	Mar 2010 Euros '000
Remunerações	148.715	150.783
Encargos sociais obrigatórios	32.040	49.309
Encargos sociais facultativos	9.587	6.672
Outros custos	<u>1.652</u>	<u>2.071</u>
	<u>191.994</u>	<u>208.835</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

10. Outros gastos administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2011	Mar 2010
	Euros '000	Euros '000
Água, energia e combustíveis	4.694	4.883
Material de consumo corrente	1.961	1.685
Rendas e alugueres	37.569	38.189
Comunicações	9.082	10.886
Deslocações, estadas e representações	3.333	3.407
Publicidade	10.462	10.560
Conservação e reparação	9.197	9.154
Cartões e crédito imobiliário	3.147	4.322
Estudos e consultas	2.944	6.761
Informática	6.053	6.424
<i>Outsourcing</i> e trabalho independente	21.153	22.446
Outros serviços especializados	7.610	6.701
Formação do pessoal	451	733
Seguros	4.396	4.348
Contencioso	2.272	2.188
Transportes	2.523	2.419
Outros fornecimentos e serviços	12.561	12.555
	<u>139.408</u>	<u>147.661</u>

11. Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2011	Mar 2010
	Euros '000	Euros '000
<i>Activos intangíveis:</i>		
'Software'	3.888	4.094
Outros activos intangíveis	85	2
	<u>3.973</u>	<u>4.096</u>
<i>Outros activos tangíveis:</i>		
Imóveis	11.069	10.852
Equipamento		
Mobiliário	1.132	972
Máquinas	718	869
Equipamento informático	4.467	5.125
Instalações interiores	1.003	1.122
Viaturas	797	815
Equipamento de segurança	647	713
Outros activos tangíveis	1.022	1.186
	<u>20.855</u>	<u>21.654</u>
	<u>24.828</u>	<u>25.750</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

12. Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2011	Mar 2010
	Euros '000	Euros '000
<i>Aplicações em instituições de crédito:</i>		
Crédito concedido		
Dotação do período	-	3.223
Reversão do período	(271)	(1.570)
	<u>(271)</u>	<u>1.653</u>
<i>Crédito concedido a clientes:</i>		
Crédito concedido		
Dotação do período	251.839	345.292
Reversão do período	(79.442)	(180.226)
Recuperações de crédito e de juros	<u>(5.559)</u>	<u>(1.961)</u>
	<u>166.838</u>	<u>163.105</u>
	<u><u>166.567</u></u>	<u><u>164.758</u></u>

A rubrica Imparidade do crédito regista a estimativa de perdas incorridas determinadas de acordo com a avaliação da evidência objectiva de imparidade, conforme descrita na nota 1 c).

13. Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2011	Mar 2010
	Euros '000	Euros '000
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência		
Dotação do período	191	213
Reversão do período	-	(49)
Provisões para garantias e outros compromissos		
Dotação do período	5.065	4.585
Reversão do período	(3.198)	(3.467)
Outras provisões para riscos e encargos		
Dotação do período	1.859	5.038
Reversão do período	<u>(393)</u>	<u>(109)</u>
	<u>3.524</u>	<u>6.211</u>

14. Resultados por equivalência patrimonial

Os principais contributos na rubrica de rendimento de participações financeiras pelo método de apropriação por equivalência patrimonial são analisados como segue:

	Mar 2011	Mar 2010
	Euros '000	Euros '000
Grupo Millenniumbcp Ageas	18.404	15.173
Outras empresas	<u>(1.707)</u>	<u>1.565</u>
	<u><u>16.697</u></u>	<u><u>16.738</u></u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

15. Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos

A rubrica Outros activos corresponde a mais e (menos) valias decorrentes da venda de imóveis.

16. Impostos

O encargo com impostos sobre lucros com referência a 2010 e 2009 é analisado como segue:

	Mar 2011	Mar 2010
	Euros '000	Euros '000
Imposto corrente	25.291	13.381
Imposto diferido		
Diferenças temporárias	(24.457)	18.185
Efeito de alterações de taxa	-	(3.314)
Prejuízos fiscais reportáveis	8.890	(6.246)
	<u>(15.567)</u>	<u>8.625</u>
	<u>9.724</u>	<u>22.006</u>

A reconciliação da taxa de imposto decorrente dos efeitos permanentes antes referidos é analisada como segue:

	Mar 2011		Mar 2010	
	%	Euros '000	%	Euros '000
Lucro antes de impostos		106.232		131.921
Taxa de imposto corrente	29,0%	(30.807)	26,5%	(34.959)
Efeito das taxas de imposto no estrangeiro e na Região Autónoma da Madeira	-4,3%	4.531	-1,6%	2.174
Acréscimos para efeitos de apuramento do lucro tributável	2,5%	(2.648)	6,5%	(8.548)
Deduções para efeitos de apuramento do lucro tributável	-17,8%	18.882	-16,1%	21.268
Benefícios fiscais não reconhecidos em resultados	-1,7%	1.797	-0,3%	454
Efeito dos prejuízos fiscais utilizados / reconhecidos	0,8%	(900)	0,4%	(544)
Efeito de taxa	0,0%	1	1,4%	(1.853)
Correcções de anos anteriores	0,2%	(216)	0,2%	(280)
Tributações autónomas	0,3%	(364)	-0,2%	282
	9,0%	(9.724)	16,8%	(22.006)

O montante de impostos diferidos em resultados em 2011 e 2010 é atribuível a diferenças temporárias resultantes das seguintes rubricas:

	Mar 2011	Mar 2010
	Euros '000	Euros '000
Activos intangíveis	37	16
Outros activos tangíveis	(106)	(1.126)
Perdas por imparidade	(19.279)	(715)
Pensões de reforma	11.993	7.184
Derivados	(897)	(179)
Imputação de lucros	(14.526)	(7.226)
Prejuízos fiscais reportáveis	5.961	(8.348)
Outros	1.250	19.019
Impostos diferidos	<u>(15.567)</u>	<u>8.625</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

17. Resultado por acção

Os resultados por acção são calculados da seguinte forma:

	Mar 2011	Mar 2010
	Euros '000	Euros '000
Resultado líquido do período atribuível aos accionistas do Banco	77.730	96.404
Dividendos de outros instrumentos de capital	<u>(24.485)</u>	<u>(24.923)</u>
Resultado líquido ajustado	53.245	71.481
Nº médio de acções	4.690.068.334	4.685.696.935
Resultado por acção básico (Euros)	0,05	0,06
Resultado por acção diluído (Euros)	0,05	0,06

O número médio de acções acima indicado resultou do número de acções existentes no início de cada ano, ajustado pelo número de acções readquiridas ou emitidas no período, depois de ponderado pelo factor tempo. No decurso do exercício de 2009, o Banco Comercial Português, S.A. emitiu três tranches do seu programa de Valores mobiliários perpétuos que, em termos agregados totalizam Euros 1.000.000.000, os quais, face às suas características, são considerados, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 h), como instrumentos de capital nos termos da IAS 32.

A rubrica Dividendos de outros instrumentos de capital inclui os dividendos distribuídos das seguintes emissões:

a) Duas emissões efectuadas pelo BCP Finance Company Ltd e que, de acordo com as regras da IAS 32, e conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 h), foram consideradas como instrumentos de capital. As referidas emissões são analisadas como segue:

- 5.000.000 acções preferenciais, de Euros 100 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 9 de Junho de 2004, destinadas a refinarçar a amortização antecipada da emissão de 8.000.000 de acções preferenciais, de Euros 50 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 400.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 14 de Junho de 1999.

- 10.000 acções preferenciais, de Euros 50.000 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 13 de Outubro de 2005 destinadas a refinarçar a amortização antecipada da emissão de 6.000.000 de acções preferenciais, de Euros 100 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 600.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 28 de Setembro de 2000.

b) Três emissões de Valores mobiliários perpétuos analisados conforme segue:

- Em Junho de 2009, conforme referido na nota 40, foram emitidos Euros 300.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000, tendo sido tratados como instrumento de capital.

- Em Agosto de 2009, conforme referido na nota 40, foram emitidos Euros 600.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000, tendo sido tratados como instrumento de capital.

- Em Dezembro de 2009, conforme referido na nota 40, foram emitidos Euros 100.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000, tendo sido tratados como instrumento de capital.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

18. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Caixa	600.347	693.422
Bancos centrais	963.794	790.840
	<u>1.564.141</u>	<u>1.484.262</u>

A rubrica Bancos centrais inclui o saldo junto dos bancos centrais dos países em que o Grupo opera, com vista a satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas. O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona do Euro obriga à manutenção de um saldo em depósito junto do Banco Central, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas. Esta taxa é diferente para países fora da Zona Euro.

19. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Em instituições de crédito no país	3.027	3.044
Em instituições de crédito no estrangeiro	743.473	879.207
Valores a cobrar	202.717	376.774
	<u>949.217</u>	<u>1.259.025</u>

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

20. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Aplicações no Banco de Portugal	-	1.100.008
Aplicações em outras instituições de crédito no país	41.068	78.744
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	1.189.194	1.165.220
	1.230.262	2.343.972
Crédito vencido - menos de 90 dias	-	-
Crédito vencido - mais de 90 dias	13.487	13.759
	1.243.749	2.357.731
Imparidade para aplicações em instituições de crédito	(13.488)	(13.759)
	<u>1.230.261</u>	<u>2.343.972</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

Os movimentos da Imparidade para aplicações em instituições de crédito são analisados como segue:

	Mar 2011	Mar 2010
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	13.759	20.494
Dotação do período	-	3.223
Reversão do período	(271)	(1.570)
Saldo em 31 de Março	<u>13.488</u>	<u>22.147</u>

21. Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Crédito ao sector público	816.020	860.074
Crédito com garantias reais	44.784.878	44.889.345
Crédito com outras garantias	12.195.191	13.469.564
Crédito sem garantias	4.494.375	4.597.598
Crédito sobre o estrangeiro	4.186.861	3.782.085
Crédito tomado em operações de 'factoring'	1.234.771	1.413.609
Capital em locação	<u>4.742.279</u>	<u>4.899.018</u>
	72.454.375	73.911.293
Crédito vencido - menos de 90 dias	331.872	210.260
Crédito vencido - mais de 90 dias	<u>2.528.698</u>	<u>2.289.739</u>
	75.314.945	76.411.292
Imparidade para riscos de crédito	<u>(2.625.272)</u>	<u>(2.505.886)</u>
	<u>72.689.673</u>	<u>73.905.406</u>

Em 31 de Março de 2011, a rubrica Crédito a clientes inclui o montante de Euros 8.777.965.000 (31 de Dezembro 2010: Euros 8.751.236.000) relativo a créditos afectos a sete emissões de obrigações hipotecárias realizadas pelo Grupo, das quais três durante o exercício de 2010.

Conforme referido no parágrafo anterior, o Banco Comercial Português, S.A. procedeu durante o exercício de 2010, à emissão de 3 operações de Obrigações Hipotecárias no montante de Euros 1.750.000.000, Euros 1.000.000.000 e Euros 1.000.000.000 com prazos de 3, 10 e 8 anos e 6 meses, respectivamente. As emissões ocorreram em Maio, Julho e Outubro de 2010 e tiveram taxas de juro de Euribor 1M +0,75%, Euribor 1M +0,8% e Euribor 1M +0,75%, respectivamente.

No âmbito da gestão do risco de liquidez, possui um conjunto de activos elegíveis para desconto junto do Banco Central Europeu e outros Bancos Centrais dos países onde opera, nos quais se incluem créditos a clientes.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

A análise do crédito a clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

	Mar 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
<i>Crédito não titulado</i>		
Crédito por desconto de efeitos	627.731	646.735
Crédito em conta corrente	5.139.288	5.443.721
Descobertos em depósitos à ordem	2.180.229	2.066.538
Empréstimos	21.317.398	21.958.366
Crédito imobiliário	32.947.466	33.367.782
Crédito tomado em operações de 'factoring'	1.234.771	1.413.609
Capital em locação	4.742.279	4.899.018
	<u>68.189.162</u>	<u>69.795.769</u>
<i>Crédito titulado</i>		
Papel comercial	2.583.132	2.377.757
Obrigações	1.682.081	1.737.767
	<u>4.265.213</u>	<u>4.115.524</u>
	72.454.375	73.911.293
Crédito vencido - menos de 90 dias	331.872	210.260
Crédito vencido - mais de 90 dias	2.528.698	2.289.739
	<u>2.860.570</u>	<u>2.500.000</u>
	75.314.945	76.411.292
Imparidade para riscos de crédito	<u>(2.625.272)</u>	<u>(2.505.886)</u>
	<u>72.689.673</u>	<u>73.905.406</u>

A análise do crédito a clientes, por sector de actividade, é a seguinte:

	Mar 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	688.648	737.533
Indústrias extractivas	522.349	521.886
Alimentação, bebidas e tabaco	533.433	550.666
Têxteis	552.319	549.817
Madeira e cortiça	277.494	273.946
Papel, artes gráficas e editoras	324.596	328.841
Químicas	949.767	884.825
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	1.262.161	1.267.796
Electricidade, água e gás	832.003	911.403
Construção	5.303.711	5.091.181
Comércio a retalho	1.853.090	1.906.458
Comércio por grosso	2.785.767	2.696.972
Restaurantes e hotéis	1.366.683	1.353.510
Transportes e comunicações	2.151.365	2.138.944
Serviços	15.831.983	16.040.979
Crédito ao consumo	4.721.894	4.845.927
Crédito hipotecário	30.667.111	31.036.269
Outras actividades nacionais	1.011.482	1.031.408
Outras actividades internacionais	3.679.089	4.242.931
	<u>75.314.945</u>	<u>76.411.292</u>
Imparidade para riscos de crédito	<u>(2.625.272)</u>	<u>(2.505.886)</u>
	<u>72.689.673</u>	<u>73.905.406</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

A rubrica de Crédito a clientes inclui os seguintes montantes relativos a operações de securitização, detalhados por tipo de operação:

	Tradicionais	
	Mar 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Crédito hipotecário	6.612.535	6.677.879
Crédito ao consumo	619.621	692.598
Leasing	1.302.028	1.333.884
Papel comercial	504.931	310.189
Empréstimos a empresas	4.869.561	4.560.432
	13.908.676	13.574.982

A rubrica de crédito a clientes inclui os seguintes valores relacionados com contratos de locação financeira:

	Mar 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Valor bruto	5.586.690	5.696.498
Juros ainda não devidos	(844.411)	(797.480)
Valor líquido	4.742.279	4.899.018

A carteira de crédito a clientes inclui créditos que foram objecto de reestruturação formal com os clientes, em termos de reforço de garantias, prorrogação de vencimentos ou alteração de taxa de juro. A análise dos créditos reestruturados por sectores da actividade é a seguinte:

	Mar 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	6.987	6.412
Indústrias extractivas	630	632
Alimentação, bebidas e tabaco	4.147	3.690
Têxteis	5.712	10.944
Madeira e cortiça	16.836	8.058
Papel, artes gráficas e editoras	1.238	1.448
Químicas	2.685	6.394
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	35.460	36.599
Electricidade, água e gás	2.922	3.066
Construção	29.380	27.750
Comércio a retalho	10.143	10.619
Comércio por grosso	40.359	50.573
Restaurantes e hotéis	2.406	2.525
Transportes e comunicações	23.272	23.097
Serviços	218.126	220.183
Crédito ao consumo	212.961	194.308
Crédito hipotecário	99.599	64.254
Outras actividades nacionais	242	489
Outras actividades internacionais	7.759	5.805
	720.864	676.846

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

A análise do crédito vencido por sectores de actividade é a seguinte:

	Mar 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	26.044	20.255
Indústrias extractivas	9.618	9.070
Alimentação, bebidas e tabaco	56.499	51.205
Têxteis	51.475	39.999
Madeira e cortiça	28.420	37.418
Papel, artes gráficas e editoras	18.627	14.102
Químicas	18.925	17.316
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	113.612	116.740
Electricidade, água e gás	3.391	2.970
Construção	529.614	457.274
Comércio a retalho	94.286	83.667
Comércio por grosso	260.714	238.036
Restaurantes e hotéis	59.379	49.236
Transportes e comunicações	65.433	58.908
Serviços	689.938	522.894
Crédito ao consumo	533.655	496.640
Crédito hipotecário	217.079	216.450
Outras actividades nacionais	18.224	18.383
Outras actividades internacionais	65.637	49.436
	<u>2.860.570</u>	<u>2.499.999</u>

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	Mar 2011	Mar 2010
	Euros '000	Euros '000
<i>Imparidade para crédito vencido e outros créditos concedidos:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	2.505.886	2.157.094
Transferências resultantes de alterações na estrutura do Grupo	-	(11.520)
Outras transferências	(222)	(9.914)
Dotação do período	251.839	345.292
Reversão do período	(79.442)	(180.226)
Utilização de imparidade	(43.003)	(212.377)
Diferenças cambiais	(9.786)	14.330
Saldo em 31 de Março	<u>2.625.272</u>	<u>2.102.679</u>

Se o valor de uma perda de imparidade decresce num período subsequente à sua contabilização e essa diminuição pode ser relacionada objectivamente com um evento que tenha ocorrido após o reconhecimento dessa perda, a imparidade em excesso é anulada por contrapartida de resultados.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

A análise da imparidade por sectores de actividade é a seguinte:

	Mar 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	53.886	51.530
Indústrias extractivas	11.455	11.041
Alimentação, bebidas e tabaco	59.500	60.444
Têxteis	52.571	52.535
Madeira e cortiça	24.667	27.501
Papel, artes gráficas e editoras	22.274	16.920
Químicas	13.449	12.609
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	99.765	100.236
Electricidade, água e gás	6.837	7.413
Construção	345.434	300.512
Comércio a retalho	72.881	67.136
Comércio por grosso	193.398	185.403
Restaurantes e hotéis	49.694	45.663
Transportes e comunicações	42.470	43.655
Serviços	646.477	604.839
Crédito ao consumo	420.811	384.521
Crédito hipotecário	175.227	173.962
Outras actividades nacionais	10.483	11.399
Outras actividades internacionais	323.993	348.567
	2.625.272	2.505.886

A anulação de crédito por utilização de imparidade analisada por sector de actividade é a seguinte:

	Mar 2011	Mar 2010
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	1.098	3.429
Indústrias extractivas	-	4.287
Alimentação, bebidas e tabaco	750	3.568
Têxteis	158	381
Madeira e cortiça	2.716	6.379
Papel, artes gráficas e editoras	160	409
Químicas	92	17.140
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	3.943	13.066
Electricidade, água e gás	-	11.810
Construção	2.490	9.755
Comércio a retalho	264	6.401
Comércio por grosso	3.065	68.639
Restaurantes e hotéis	3.236	7.410
Transportes e comunicações	345	270
Serviços	1.325	40.969
Crédito ao consumo	5.497	14.490
Crédito hipotecário	170	835
Outras actividades nacionais	8	591
Outras actividades internacionais	17.686	2.548
	43.003	212.377

Em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 c), a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas fiáveis de recuperação dos créditos e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade, quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

A recuperação de créditos e de juros, efectuada no decorrer de 2011 e 2010, analisada por sectores de actividade, é a seguinte:

	Mar 2011	Mar 2010
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	2	17
Indústrias extractivas	1	11
Alimentação, bebidas e tabaco	20	6
Têxteis	602	344
Madeira e cortiça	3	5
Papel, artes gráficas e editoras	77	55
Químicas	25	-
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	85	-
Construção	857	168
Comércio a retalho	207	3
Comércio por grosso	1.717	227
Restaurantes e hotéis	4	25
Transportes e comunicações	11	6
Serviços	1.385	608
Crédito ao consumo	556	482
Crédito hipotecário	2	-
Outras actividades nacionais	3	4
Outras actividades internacionais	2	-
	<u>5.559</u>	<u>1.961</u>

22. Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda

A rubrica de Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda é analisada como segue:

	Mar 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	4.743.720	5.319.583
De outros emissores	1.131.110	1.105.750
	5.874.830	6.425.333
Títulos vencidos	4.925	4.925
Imparidade para títulos vencidos	(4.925)	(4.925)
	5.874.830	6.425.333
Acções e outros títulos de rendimento variável	245.472	207.656
	6.120.302	6.632.989
Derivados de negociação	812.439	1.076.374
	<u>6.932.741</u>	<u>7.709.363</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

A análise dos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por tipo em 31 de Março de 2011, é a seguinte:

	Títulos		
	Negociação	Disponíveis	Total
	Euros '000	para venda	Euros '000
	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Títulos de rendimento fixo:			
Obrigações de emissores públicos			
Nacionais	832.609	238.748	1.071.357
Estrangeiros	242.490	680.751	923.241
Obrigações de outros emissores			
Nacionais	120.173	122.238	242.411
Estrangeiros	139.196	754.428	893.624
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	1.851.302	897.820	2.749.122
	<u>3.185.770</u>	<u>2.693.985</u>	<u>5.879.755</u>
Títulos de rendimento variável:			
Acções de empresas			
Nacionais	8.035	60.603	68.638
Estrangeiras	27.048	47.298	74.346
Unidades de participação	19.683	82.805	102.488
	<u>54.766</u>	<u>190.706</u>	<u>245.472</u>
Imparidade para títulos vencidos	-	(4.925)	(4.925)
	<u>3.240.536</u>	<u>2.879.766</u>	<u>6.120.302</u>
Derivados de negociação	812.439	-	812.439
	<u>4.052.975</u>	<u>2.879.766</u>	<u>6.932.741</u>

Conforme descrito na política contabilística 1 d), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo o respectivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor, conforme nota 42. A reserva de justo valor no montante negativo de Euros 240.170.000 é apresentada líquida de perdas por imparidade no montante de Euros 54.163.000.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

A análise dos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por tipo em 31 de Dezembro de 2010, é a seguinte:

	Títulos		Total Euros '000
	Negociação Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	
Títulos de rendimento fixo:			
Obrigações de emissores públicos			
Nacionais	909.880	22.431	932.311
Estrangeiros	262.977	893.063	1.156.040
Obrigações de outros emissores			
Nacionais	118.340	106.590	224.930
Estrangeiros	149.808	735.937	885.745
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	2.567.070	664.162	3.231.232
	<u>4.008.075</u>	<u>2.422.183</u>	<u>6.430.258</u>
Títulos de rendimento variável:			
Acções de empresas			
Nacionais	9.123	46.671	55.794
Estrangeiras	23.347	47.469	70.816
Unidades de participação	19.380	61.666	81.046
	<u>51.850</u>	<u>155.806</u>	<u>207.656</u>
Imparidade para títulos vencidos	-	(4.925)	(4.925)
	<u>4.059.925</u>	<u>2.573.064</u>	<u>6.632.989</u>
Derivados de negociação	1.076.374	-	1.076.374
	<u>5.136.299</u>	<u>2.573.064</u>	<u>7.709.363</u>

Conforme descrito na política contabilística 1 d), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo o respectivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor, conforme nota 42. A reserva de justo valor, em 31 de Dezembro de 2010, no montante negativo de Euros 167.239.000 é apresentada líquida de perdas por imparidade no montante de Euros 52.410.000.

No decurso do exercício de 2010, a Bitalpart BV, sociedade detida integralmente pelo BCP, alienou a participação minoritária correspondente a 2,7% do capital social da Eureko BV ao Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português. O valor da transmissão da participação foi determinado segundo a valorização da Eureko BV referente a 31 de Dezembro de 2009, conforme avaliação realizada por instituição financeira internacional independente, deduzido de valor do dividendo antecipado recebido no corrente exercício. O contrato de venda prevê um ajustamento ao preço de venda, em função da avaliação, segundo a mesma metodologia, referente a 31 de Dezembro de 2010, que foi efectuado durante o primeiro trimestre de 2011.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por sector de actividade, à data de 31 de Março de 2011 é a seguinte:

	Obrigações	Ações	Outros Activos	Títulos	Total
	Euros '000	Euros '000	Financeiros	Vencidos	Bruto
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Indústrias extractivas	-	78	-	-	78
Alimentação, bebidas e tabaco	-	35	-	-	35
Têxteis	-	1	-	-	1
Madeira e cortiça	-	-	-	361	361
Papel, artes gráficas e editoras	91	3.530	-	998	4.619
Químicas	-	12.897	-	-	12.897
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	-	67	-	-	67
Electricidade, água e gás	-	1.480	-	-	1.480
Construção	11.189	2.137	-	2.560	15.886
Comércio a retalho	-	27	-	-	27
Comércio por grosso	-	1.914	-	475	2.389
Restaurantes e hotéis	-	51	-	-	51
Transportes e comunicações	9.639	2.819	-	529	12.987
Serviços	1.110.191	117.685	102.488	2	1.330.366
Outras actividades internacionais	-	263	-	-	263
	1.131.110	142.984	102.488	4.925	1.381.507
Títulos Públicos	1.994.598	-	2.749.122	-	4.743.720
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(4.925)	(4.925)
	3.125.708	142.984	2.851.610	-	6.120.302

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por sector de actividade, à data de 31 de Dezembro de 2010 é a seguinte:

	Obrigações	Ações	Outros Activos	Títulos	Total
	Euros '000	Euros '000	Financeiros	Vencidos	Bruto
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Indústrias extractivas	-	205	-	-	205
Alimentação, bebidas e tabaco	-	2	-	-	2
Têxteis	-	1.387	-	-	1.387
Madeira e cortiça	-	3.674	-	361	4.035
Papel, artes gráficas e editoras	90	19.488	-	998	20.576
Químicas	-	17.171	-	-	17.171
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	-	5.278	-	-	5.278
Electricidade, água e gás	-	2.028	-	-	2.028
Construção	11.177	3.615	-	2.560	17.352
Comércio a retalho	-	179	-	-	179
Comércio por grosso	-	3.371	-	475	3.846
Restaurantes e hotéis	-	51	-	-	51
Transportes e comunicações	14.740	2.064	-	529	17.333
Serviços	1.079.743	67.854	81.046	2	1.228.645
Outras actividades internacionais	-	243	-	-	243
	1.105.750	126.610	81.046	4.925	1.318.331
Títulos Públicos	2.088.351	-	3.231.232	-	5.319.583
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(4.925)	(4.925)
	3.194.101	126.610	3.312.278	-	6.632.989

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

23. Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Instrumentos de cobertura		
Activo:		
Swaps	352.787	476.674
Passivo:		
Swaps	232.003	346.473

24. Activos financeiros detidos até à maturidade

A rubrica de Activos financeiros detidos até à maturidade é analisada como segue:

	Mar 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	3.297.084	3.284.953
De outros emissores	3.449.502	3.459.720
	6.746.586	6.744.673

A análise por sector de actividade da carteira de obrigações e outros títulos de rendimento fixo incluídos na rubrica Activos financeiros detidos até à maturidade, é a seguinte:

	Mar 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Transportes e comunicações	170.931	169.693
Serviços	3.278.571	3.290.027
	3.449.502	3.459.720
Títulos Públicos	3.297.084	3.284.953
	6.746.586	6.744.673

25. Investimentos em associadas

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Instituições de crédito residentes	24.294	24.340
Instituições de crédito não residentes	22.211	21.880
Outras empresas residentes	309.808	343.156
Outras empresas não residentes	8.029	7.997
	364.342	397.373

O valor dos investimentos em associadas é analisado como segue:

	Mar 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Banque BCP, S.A.S.	18.127	17.571
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	4.084	4.309
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	291.053	323.219
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	16.307	15.610
Unicre - Cartão Internacional de Crédito, S.A.	24.294	24.340
Outras	10.477	12.324
	364.342	397.373

Estes investimentos referem-se a entidades cujas acções não se encontram admitidas à negociação em Bolsa, sendo consolidados pelo método de equivalência patrimonial. O valor de investimento na Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador corresponde à participação de 49% no capital da Companhia. A relação das empresas que integram o perímetro do Grupo é apresentada na nota 47.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

26. Activos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Subsidiárias adquiridas com o objectivo de serem alienadas no curto prazo	64.716	37.459
Imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	1.170.308	1.186.983
	1.235.024	1.224.442
Imparidade	(229.274)	(227.670)
	1.005.750	996.772

Os activos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 k).

Em Dezembro de 2010, o Banco Comercial Português, S.A. concluiu o processo de alienação de 95% do capital social do Millennium Bank AS na Turquia à instituição financeira Credit Europe Bank, N.V., entidade detida pelo grupo financeiro Fiba Holding, A.S., pelo preço global ajustado de 58,9 milhões euros.

Em resultado desta transacção, o BCP manteve uma participação de 5% na sociedade, tendo estabelecido com o comprador um mecanismo de opções de compra e de venda prevendo a possibilidade de alienação do remanescente da sua participação por preço por acção não inferior ao agora recebido.

No âmbito destas operações e de acordo com o definido na IFRS 5, os respectivos activos e passivos da subsidiária, são apresentados como segue:

- O total de activos e passivos atribuíveis ao Grupo em 2009 passou a ser apresentado em duas linhas separadas de balanço, e os custos e proveitos do exercício, atribuíveis, são relevados nas demonstração de resultados consolidados nas linhas respectivas;
- Até ao momento da venda, o Grupo continuou a consolidar em reservas e resultados, as variações ocorridas na situação patrimonial da respectiva subsidiária.

A rubrica Subsidiárias adquiridas com o objectivo de serem alienadas no curto prazo corresponde a uma sociedade imobiliária adquirida pelo Grupo no âmbito da reestruturação de uma exposição creditícia e que o Grupo pretende alienar no prazo de um ano. No entanto, face às actuais condições de mercado poderá não ser possível em algumas situações concretizar essas alienações no prazo esperado. Até ao momento da venda, o Grupo continua a consolidar em reservas e resultados as variações ocorridas na situação patrimonial da subsidiária.

A rubrica Imóveis e outros activos resulta da resolução de contratos de crédito sobre clientes, decorrente de (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respectiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome do Banco; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora (dação prosolvendo).

Os referidos activos estão disponíveis para venda num prazo inferior a um ano, tendo o Grupo uma estratégia para a sua alienação. No entanto, face às actuais condições de mercado não é possível em algumas situações concretizar essas alienações no prazo esperado.

A referida rubrica inclui imóveis para os quais foram já celebrados contratos-promessa de compra e venda no montante de Euros 132.902.000 (31 de Dezembro 2010: Euros 138.775.000).

27. Propriedades de investimento

A rubrica Propriedades de Investimento inclui o montante de Euros 507.468.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 396.957.000) relativos a imóveis registados no Fundo de Investimento Imobiliário Imosotto Acumulação, no Fundo de Investimento Imobiliário Gestão Imobiliária, no Fundo de Investimento Imobiliário Imorenda e no Fundo Especial de Investimento Imobiliário Oceânico II que, de acordo com a SIC 12, são consolidados integralmente, conforme política contabilística descrita na nota 1 b).

Os imóveis encontram-se valorizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 r).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

28. Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Imóveis	950.583	955.574
Equipamento		
Mobiliário	96.750	96.742
Máquinas	56.080	56.905
Equipamento informático	315.824	317.413
Instalações interiores	141.393	141.238
Viaturas	19.231	20.392
Equipamento de segurança	80.983	80.437
Obras em curso	64.330	68.516
Outros activos tangíveis	51.991	52.222
	<u>1.777.165</u>	<u>1.789.439</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>		
Relativas ao período corrente	(20.855)	(92.505)
Relativas a períodos anteriores	(1.159.220)	(1.075.495)
	(1.180.075)	(1.168.000)
<i>Imparidade</i>	(4.199)	(4.199)
	<u>592.891</u>	<u>617.240</u>

29. Goodwill e activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
<i>Activos intangíveis</i>		
'Software'	136.128	134.377
Outros activos intangíveis	59.605	60.578
	<u>195.733</u>	<u>194.955</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>		
Relativas ao período corrente	(3.973)	(17.726)
Relativas a períodos anteriores	(154.687)	(137.893)
	(158.660)	(155.619)
	<u>37.073</u>	<u>39.336</u>
<i>Diferenças de consolidação e de reavaliação ('Goodwill')</i>		
Millennium Bank, Societé Anonyme (Grécia)	294.260	294.260
Bank Millennium, S.A. (Polónia)	164.040	164.040
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	40.859	40.859
Unicre - Cartão de Crédito Internacional, S.A.	7.436	7.436
Outros	1.994	2.001
	<u>508.589</u>	<u>508.596</u>
<i>Imparidade</i>		
Millennium Bank, Societé Anonyme (Grécia)	(147.130)	(147.130)
	<u>361.459</u>	<u>361.466</u>
	<u>398.532</u>	<u>400.802</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

30. Activos e Passivos por impostos diferidos

Activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Março de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 gerados por diferenças temporárias da seguinte natureza:

	Mar 2011		Dez 2010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Activos intangíveis	313	-	374	-
Outros activos tangíveis	2.843	6.033	2.557	5.850
Perdas por imparidade	277.526	25.359	260.970	26.098
Pensões de reforma	287.645	-	299.620	-
Activos financeiros disponíveis para venda (AFS)	106.037	76.722	77.822	57.519
Derivados	-	2.156	-	3.068
Imputação de lucros	60.047	-	45.521	-
Prejuízos fiscais reportáveis	155.632	-	156.083	-
Outros	54.543	116.398	55.276	117.058
	<u>944.586</u>	<u>226.668</u>	<u>898.223</u>	<u>209.593</u>
Activos por impostos diferidos	<u>717.918</u>		<u>688.630</u>	
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>344</u>
Passivos por impostos diferidos		<u>-</u>		<u>344</u>
Impostos diferidos líquidos	<u>717.918</u>		<u>688.286</u>	

31. Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Devedores	189.420	220.449
Valores a cobrar	17.353	34.440
Outros impostos a recuperar	92.576	87.785
Bonificações a receber	22.393	19.816
Associadas	21.239	1.190
Juros e outros proveitos a receber	44.006	37.392
Despesas antecipadas	1.768.883	1.776.741
Operações sobre títulos a receber	114.445	5.791
Valores a debitar a clientes	120.278	133.565
Provisões técnicas de resseguro cedido	3.622	3.469
Contas diversas	<u>163.894</u>	<u>246.125</u>
	2.558.109	2.566.763
Imparidade para outros activos	<u>(39.406)</u>	<u>(33.754)</u>
	<u>2.518.703</u>	<u>2.533.009</u>

32. Depósitos de instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Depósitos de bancos centrais	14.716.020	16.279.127
Depósitos de outras instituições de crédito no país	400.325	627.714
Depósitos de instituições de crédito no estrangeiro	<u>4.292.386</u>	<u>3.169.715</u>
	<u>19.408.731</u>	<u>20.076.556</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

33. Depósitos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Depósitos para com clientes		
Depósitos à ordem	13.758.941	13.951.061
Depósitos a prazo	28.877.174	29.417.052
Depósitos de poupança	1.682.662	1.850.058
Bilhetes do Tesouro e outros activos		
com acordo de recompra	265.429	94.527
Outros	282.719	296.417
	44.866.925	45.609.115

34. Títulos de dívida emitidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Empréstimos obrigacionistas	16.911.813	17.723.943
Papel comercial	62.847	321.955
Outros	123.850	91.492
	17.098.510	18.137.390

35. Passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
FRA	451	415
Swaps	773.519	1.064.721
Futuros	38	66
Opções	65.829	61.815
Derivados embutidos	5.039	2.831
Forwards	25.472	46.603
	870.348	1.176.451

36. Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Depósitos de instituições de crédito	443.275	232.760
Depósitos de clientes	4.454	3.919
Empréstimos obrigacionistas	3.630.389	3.776.017
Papel comercial e outros passivos	-	25.543
	4.078.118	4.038.239

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

37. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Provisão para garantias e outros compromissos	82.497	80.906
Provisões técnicas da actividade seguradora:		
De seguro directo e resseguro aceite:		
Para prémios não adquiridos	10.700	9.626
Matemática do ramo vida	43.351	42.780
Para participação nos resultados	924	1.195
Outras provisões técnicas	7.876	7.738
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência	3.882	3.691
Outras provisões para riscos e encargos	88.911	89.397
	<u>238.141</u>	<u>235.333</u>

Os movimentos da Provisão para garantias e outros compromissos são analisados como segue:

	Mar 2011	Mar 2010
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	80.906	88.257
Transferências	-	(131)
Dotação do período	5.065	4.585
Reversão do período	(3.198)	(3.467)
Utilização de imparidade	-	(120)
Diferenças cambiais	(276)	(41)
Saldo em 31 de Março	<u>82.497</u>	<u>89.083</u>

38. Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Obrigações	<u>1.352.633</u>	<u>2.039.174</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

Em 31 de Março de 2011, as emissões de passivos subordinados são analisadas como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
<i>Obrigações não perpétuas</i>					
Banco Comercial Português:					
BCP Setembro 2011	Setembro 2001	Setembro 2011	Taxa fixa de 6,15%	119.942	120.100
Mbcp Ob Cx Sub 1 Serie 2008-2018	Setembro 2008	Setembro 2018	Ver referência (i)	266.768	266.768
Mbcp Ob Cx Sub 2 Serie 2008-2018	Outubro 2008	Outubro 2018	Ver referência (i)	73.846	73.846
Bcp Ob Sub June 2020 - Emtn 727	Junho 2010	Junho 2020	Ver referência (ii)	92.215	89.577
Bcp Ob Sub Aug 2020 - Emtn 739	Agosto 2010	Agosto 2020	Ver referência (iii)	56.155	54.389
Bcp Ob Sub Mar 2021 - Emtn 804	Março 2011	Março 2021	Ver referência (iv)	114.000	114.000
Bank Millennium:					
Bank Millennium	Dezembro 2001	Dezembro 2011	Taxa fixa de 6,360 %	80.146	80.146
Bank Millennium 2007	Dezembro 2007	Dezembro 2017	Taxa fixa de 6,337 %	149.928	149.928
Banco de Investimento Imobiliário:					
BII 2004	Dezembro 2004	Dezembro 2014	Ver referência (v)	14.983	14.983
BCP Finance Bank:					
BCP Fin. Bank Ltd EMTN -295	Dezembro 2006	Dezembro 2016	Ver referência (vi)	313.551	313.612
Magellan n.º 3:					
Magellan n.º 3 Series 3 Class F	Junho 2005	Maio 2058	-	44	44
					<u>1.277.393</u>
<i>Obrigações perpétuas</i>					
BCP - Euro 200 milhões	Junho 2002	-	Ver referência (vii)	85	33
BPA 1997	Junho 1997	-	Euribor 3 meses + 0,95%	37.915	37.915
TOPS BPSM 1997	Dezembro 1997	-	Euribor 6M + 0,9%	22.995	23.778
BCP Leasing 2001	Dezembro 2001	-	Ver referência (viii)	4.986	4.986
					<u>66.712</u>
<i>Periodificações</i>					
					<u>8.528</u>
					<u>1.352.633</u>

- Referências :
- (i) - 1º ano 6%; 2º ao 5º ano Euribor 6 meses + 1%; 6º ano e seguintes Euribor 6 meses + 1,4%;
 - (ii) - Até ao 5º ano taxa fixa 3,25%; 6º ano e seguintes Euribor 6 meses + 1,0%;
 - (iii) - 1º ano 3%; 2º ano 3,25%; 3º ano 3,5%; 4º ano 4%; 5º ano 5%; 6º ano e seguintes Euribor 6 meses + 1,25% ;
 - (iv) - Euribor 3 meses + 3,75% por ano
 - (v) - Até 10º cupão Euribor 6 meses + 0,4%; Após 10º cupão Euribor 6 meses + 0,9%;
 - (vi) - Euribor 3 meses + 0,3% (0,8% a partir de Dezembro 2011);
 - (vii) - Até 40º cupão 6,130625%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,4%;
 - (viii) - Até 40º cupão Euribor 3 meses + 1,75%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,25%.

39. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
Credores:		
Fornecedores	39.568	29.177
Por contratos de 'Factoring'	5.160	7.413
Associadas	683	1.689
Outros credores	411.310	398.228
Sector Público Administrativo	71.649	76.178
Juros e outros custos a pagar	70.058	72.672
Receitas antecipadas	3.686	3.577
Férias e subsídios de férias a pagar	58.465	71.995
Outros custos administrativos a pagar	1.800	2.177
Operações sobre títulos a liquidar	131.479	23.249
Contas diversas	473.649	404.873
	<u>1.267.507</u>	<u>1.091.228</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

40. Capital, acções preferenciais e outros instrumentos de capital

O capital social do Banco é de Euros 4.694.600.000 representado por 4.694.600.000 acções de valor nominal de 1 Euro cada uma, e encontra-se integralmente realizado.

O valor das acções preferenciais corresponde a duas emissões efectuadas pelo BCP Finance Company e que, de acordo com as regras da IAS 32, e conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 h), foram consideradas como instrumentos de capital. As referidas emissões são analisadas como segue:

- 5.000.000 acções preferenciais, de Euros 100 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 9 de Junho de 2004, destinadas a refinarciar a amortização antecipada da emissão de 8.000.000 de acções preferenciais, de Euros 50 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 400.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 14 de Junho de 1999.

- 10.000 acções preferenciais, de Euros 50.000 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 13 de Outubro de 2005 destinadas a refinarciar a amortização antecipada da emissão de 6.000.000 de acções preferenciais, de Euros 100 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 600.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 28 de Setembro de 2000.

No decurso do exercício de 2009, o Banco Comercial Português, S.A. emitiu 3 tranches do seu programa de Valores mobiliários perpétuos, os quais, face às suas características, são considerados, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 h), como instrumentos de capital nos termos da IAS 32. As 3 tranches emitidas em 2009 são analisadas como segue:

- Em Junho de 2009, foram emitidos Euros 300.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000.

- Em Agosto de 2009, foram emitidos Euros 600.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000.

- Em Dezembro de 2009, foram emitidos Euros 100.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000.

41. Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída. De acordo com a proposta de aplicação de resultados aprovada na Assembleia Geral de Accionistas do dia 12 de Abril de 2010, o Banco reforçou a sua reserva legal no montante de Euros 20.632.635. Conforme referido na nota 42 e de acordo com a proposta de aplicação de resultados de 2009, parte do valor da reserva legal foi transferida para a rubrica Outras reservas e resultados acumulados.

As empresas do Grupo, de acordo com a legislação vigente, deverão reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima entre 5 e 20% dos lucros líquidos anuais, dependendo da actividade económica.

42. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Outro rendimento integral:		
Diferença cambial de consolidação	(89.053)	(78.052)
Reservas de justo valor		
Activos financeiros disponíveis para venda	(240.170)	(167.239)
Cobertura de fluxos de caixa	(27.300)	(17.480)
Impostos		
Activos financeiros disponíveis para venda	20.738	15.037
Cobertura de fluxos de caixa	5.187	3.321
	<u>(330.598)</u>	<u>(244.413)</u>
Reservas livres e resultados acumulados:		
Reserva legal	446.042	446.042
Reserva estatutária	20.000	20.000
Outras reservas e resultados acumulados	2.753.902	2.468.018
'Goodwill' resultante da consolidação	(2.883.580)	(2.883.580)
Outras reservas de consolidação	<u>(162.505)</u>	<u>(162.488)</u>
	<u>173.859</u>	<u>(112.008)</u>

A variação da rubrica Reserva legal é analisada na nota 41. As Reservas de justo valor correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos Activos financeiros detidos para venda e da Cobertura de fluxos de caixa em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 d).

A rubrica Reserva estatutária corresponde a uma reserva para estabilização de dividendos que, de acordo com os estatutos da sociedade, é distribuível.

A rubrica Outras reservas e resultados acumulados inclui, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006, uma correcção de Euros 220.500.000 (efeito líquido de impostos diferidos) resultante da decisão do Conselho de Administração Executivo relativamente a um activo registado nas demonstrações financeiras consolidadas, resultante de operações efectuadas com entidades não residentes sedeadas em zonas off-shore.

A rubrica Outro rendimento integral inclui proveitos e custos que de acordo com o definido nas IAS/IFRS, são reconhecidos nos capitais próprios.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

43. Títulos próprios

Esta rubrica é analisada como segue:

	Acções do Banco Comercial Português, S.A.	Outros títulos próprios	Total
Mar 2011			
Valor de balanço (Euros '000)	15.884	67.339	83.223
Número de títulos	27.314.342	(*)	
Valor unitário médio (Euros)	0,58		
Dez 2010			
Valor de balanço (Euros '000)	17.266	64.672	81.938
Número de títulos	28.795.443	(*)	
Valor unitário médio (Euros)	0,60		

As acções próprias detidas por entidades incluídas no perímetro de consolidação encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos estatutos do Banco e pelo Código das Sociedades Comerciais.

(*) Esta rubrica em 31 de Março de 2011, inclui 22.979.404 acções (31 de Dezembro de 2010: 23.261.904 acções) detidas por clientes e cuja aquisição foi financiada pelo Banco. Considerando que para os referidos clientes existe evidência de imparidade, à luz da IAS 32/39 as acções do Banco por eles detidas foram, apenas para efeitos contabilísticos e em respeito por esta norma, consideradas como acções próprias.

44. Interesses que não controlam

Esta rubrica é analisada como segue:

	Balanço		Demonstração de Resultados	
	Mar 2011	Dez 2010	Mar 2011	Mar 2010
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Bank Millennium, S.A.	344.696	354.930	8.336	5.952
BIM - Banco Internacional de Moçambique	64.968	67.700	7.026	5.237
Banco Millennium Angola, S.A.	64.333	66.196	3.437	2.310
Outras subsidiárias	8.650	8.675	(21)	12
	482.647	497.501	18.778	13.511

45. Garantias e outros compromissos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Garantias e avals prestados	8.663.352	8.862.015
Garantias e avals recebidos	30.385.658	31.164.239
Compromissos perante terceiros	11.445.010	11.877.095
Compromissos assumidos por terceiros	12.479.264	12.909.483
Valores recebidos em depósito	159.873.243	163.291.551
Valores depositados na Central de Valores	164.345.004	169.114.150
Outras contas extrapatrimoniais	176.049.626	178.988.845

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

Os montantes de Garantias e avales prestados e os Compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	Mar 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
<i>Garantias e avales prestados:</i>		
Garantias e avales	8.034.884	8.146.414
Cartas de crédito "stand-by"	321.107	350.171
Créditos documentários abertos	229.453	283.554
Fianças e indemnizações	77.877	81.733
Outros passivos eventuais	31	143
	<u>8.663.352</u>	<u>8.862.015</u>
<i>Compromissos perante terceiros:</i>		
Compromissos irrevogáveis		
Contratos a prazo de depósitos	87.087	116.689
Linhas de crédito irrevogáveis	2.450.300	2.258.969
Subscrição de títulos	78.944	64.844
Outros compromissos irrevogáveis	315.742	309.020
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	6.711.599	7.043.685
Facilidades em descobertos de conta	1.734.852	2.018.575
Outros compromissos revogáveis	66.486	65.313
	<u>11.445.010</u>	<u>11.877.095</u>

As garantias e avales prestados podem estar relacionadas com operações de crédito, em que o Grupo presta uma garantia em relação a crédito concedido a um cliente por uma entidade terceira. De acordo com as suas características específicas, espera-se que algumas destas garantias expirem sem terem sido exigidas, pelo que estas operações não representam necessariamente fluxos de saída de caixa.

As cartas de crédito e os créditos documentários abertos destinam-se particularmente a garantir pagamentos a entidades terceiras no âmbito de transacções comerciais com o estrangeiro, financiando o envio das mercadorias adquiridas. Desta forma, o risco de crédito destas transacções encontra-se limitado, uma vez que se encontram colateralizadas pelas mercadorias enviadas e são geralmente de curta duração.

Os compromissos irrevogáveis constituem partes não utilizadas de facilidades de crédito concedidas a clientes empresas e particulares. Muitas destas operações têm uma duração fixa e uma taxa de juro variável, pelo que o risco de crédito e de taxa de juro é limitado.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito, nomeadamente quanto à análise da evidência objectiva de imparidade tal como descrito na política contabilística 1 c). A exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Grupo na eventualidade de incumprimento pelas respectivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

Em virtude da natureza destas operações conforme acima descrito, não se prevêem quaisquer perdas materiais nestas operações.

46. Indicadores do Balanço e Demonstração de resultados consolidados por segmentos de negócio e geográficos

O relato por segmentos apresentado segue, no que respeita aos segmentos de negócio e geográficos, o disposto na IFRS 8. Em conformidade com o modelo de gestão do Grupo BCP, o segmento primário corresponde aos segmentos utilizados para efeitos de gestão por parte do Conselho de Administração Executivo. O Grupo BCP desenvolve um conjunto de actividades bancárias e de serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca Comercial, de Corporate & Banca de Investimento e de Private Banking & Asset Management.

Caracterização dos Segmentos

A Banca Comercial manteve-se como o negócio dominante na actividade do Grupo, tanto em termos de volume de negócios como ao nível da contribuição para os resultados líquidos. O negócio de Banca Comercial inclui a rede do Banco Comercial Português em Portugal, que, actuando como canal de distribuição dos produtos e serviços de outras empresas do Grupo, está orientado para os segmentos da Banca de Retalho e da Banca de Empresas, e o segmento de Negócios no Exterior, onde o Grupo actua através de diversas instituições sediadas em mercados de afinidade com Portugal e em países que apresentam maiores perspectivas de crescimento.

O segmento Banca de Retalho inclui: (i) a Banca de Retalho em Portugal, a qual se encontra delineada tendo em consideração os clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados clientes “Mass-market”, e os clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento, justificam uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de cliente dedicado, designados clientes “Prestige” e “Negócios”; e (ii) o ActivoBank, um banco vocacionado para clientes com espírito jovem, utilizadores intensivos das novas tecnologias de comunicação e que privilegiam uma relação bancária assente na simplicidade, oferecendo serviços e produtos inovadores. A Banca de Retalho funciona, no âmbito da estratégia de “cross-selling” do Grupo, como canal de distribuição de produtos e serviços de outras empresas do Grupo.

O segmento Banca de Empresas, em Portugal, serve as necessidades financeiras de empresas com volume anual de negócios compreendidos entre 7,5 milhões de euros e 100 milhões de euros, apostando na inovação e numa oferta global de produtos bancários tradicionais complementada com financiamentos especializados. No âmbito da estratégia de “cross-selling”, a Banca de Empresas funciona como canal de distribuição de produtos e serviços de outras empresas do Grupo.

O segmento Corporate & Banca de Investimento inclui: (i) a rede Corporate em Portugal, dirigida a empresas e entidades institucionais com um volume anual de negócios superior a 100 milhões de euros, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado; (ii) a Banca de Investimento, especializada no mercado de capitais, na prestação de serviços de consultoria e assessoria estratégica e financeira, serviços especializados de “Project finance”, “Corporate finance”, corretagem de valores mobiliários e “Equity research”, bem como na estruturação de produtos derivados de cobertura de risco; e (iii) a actividade da Direcção Internacional do Banco.

O segmento Private Banking & Asset Management, para efeitos de segmentos geográficos, engloba a rede de Private Banking em Portugal e as subsidiárias especializadas no negócio de gestão de fundos de investimento que operam em Portugal. Em termos de segmentos de negócio inclui também a actividade do Banque Privée BCP e do Millennium bcp Bank & Trust.

O segmento Negócios no Exterior, para efeitos de segmentos geográficos, engloba as diferentes operações do Grupo fora de Portugal, nomeadamente o Bank Millennium na Polónia, o Millennium Bank na Grécia, o Banque Privée BCP na Suíça, a Banca Millennium na Roménia, o BIM - Banco Internacional de Moçambique em Moçambique, o Banco Millennium Angola em Angola, o Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão, o Millennium Bank na Turquia (operação parcialmente alienada em 27 de Dezembro de 2010) e o Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América (operação parcialmente alienada em 15 de Outubro de 2010). Para efeitos de segmentos de negócios, o segmento Negócios no Exterior contempla as diferentes operações do Grupo fora de Portugal anteriormente referidas com excepção do Banque Privée BCP na Suíça e do Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão que, neste âmbito, fazem parte do segmento Private Banking & Asset Management.

Na Polónia o Grupo está representado por um banco universal de âmbito nacional que oferece uma vasta gama de produtos e serviços financeiros a particulares e a empresas, na Grécia por uma operação baseada na inovação de produtos e serviços, na Suíça pelo Banque Privée BCP, uma operação de “Private Banking” de direito suíço e na Roménia por uma operação vocacionada para os segmentos de particulares e de pequenas e médias empresas. O Grupo encontra-se ainda representado em Moçambique por um banco universal, direccionado para clientes particulares e empresas, em Angola por um banco enfocado em clientes particulares, empresas e instituições do sector público e privado e nas Ilhas Caimão pelo Millennium bcp Bank & Trust, um banco especialmente vocacionado para a prestação de serviços internacionais na área de “Private Banking”, a clientes com elevado património financeiro (segmento “Affluent”).

Todos os outros negócios encontram-se reflectidos no segmento Outros e incluem a gestão centralizada de participações financeiras, as actividades e operações de carácter corporativo não integradas nos restantes segmentos de negócio, nomeadamente a actividade de “Bancassurance”, uma “Joint-venture” com o Grupo Belga Holandês Ageas, e outros valores não alocados aos segmentos.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

Actividade dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, reflectindo também o impacto, ao nível do balanço e da demonstração de resultados, do processo de afectação de capital e de balanceamento de cada entidade, efectuado com base em valores médios. As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afectos através do processo de alocação, respeitando os critérios regulamentares de solvabilidade.

Tendo em consideração que o processo de alocação de capital obedece a critérios regulamentares de solvabilidade em vigor, os riscos ponderados, e consequentemente o capital afecto aos segmentos, baseiam-se na metodologia de Basileia II, aplicando-se: i) no primeiro trimestre de 2010 o método padrão para o cálculo dos requisitos de capital para riscos de crédito; e ii) no primeiro trimestre de 2011 o IRB Advanced para riscos de crédito da carteira de Retalho relativos a pequenos negócios ou colateralizados por bens imóveis residenciais ou comerciais e IRB Foundation para o crédito a empresas, em Portugal, excepto promotores imobiliários e entidades do sistema de rating simplificado.

A partir de 2009, mediante autorização concedida pelo Banco de Portugal, foi adoptado o método "standard" para o risco operacional e o método dos modelos internos para o risco genérico de mercado e para riscos cambiais, no perímetro gerido centralmente desde Portugal. O balanceamento das várias operações é assegurado por transferências internas de fundos, não determinando, contudo, alterações ao nível consolidado.

Os custos operacionais apurados para cada uma das áreas de negócio têm subjacentes os montantes contabilizados directamente nos centros de custo respectivos, por um lado, e os valores resultantes de processos internos de afectação de custos, por outro. A título de exemplo, integram o primeiro conjunto os custos registados com telefones, com deslocações, com estadias e representação e com estudos e consultas, e incluem-se no segundo conjunto os custos com correio, com água e energia e com as rendas associadas aos espaços ocupados pelas unidades orgânicas, entre outros. A afectação deste último conjunto de custos é efectuada com base na aplicação de critérios previamente definidos, relacionados com o nível de actividade de cada área de negócio, tais como o número de contas de depósitos à ordem, o número de clientes ou de colaboradores, o volume de negócios e as áreas ocupadas.

Os fluxos financeiros gerados pelas áreas de negócio, designadamente as aplicações de fundos associadas aos depósitos captados e as tomadas de fundos relacionadas com a concessão de créditos, são processados a preços de mercado, tendo como contraparte a Tesouraria do Banco. Estes preços de mercado são determinados em função da moeda, do prazo da operação e dos respectivos períodos de "repricing". Por outro lado, todos os fluxos financeiros resultantes de afectação de capitais são valorizados com base na taxa média da Euribor a 6 meses para os períodos considerados.

Para efeitos de comparabilidade desta informação foram repercutidas, no primeiro trimestre de 2010, as alterações ocorridas no decurso de 2010 ao nível da organização dos segmentos: a Banca de Retalho e a Banca de Empresas foram individualizadas, a rede Corporate passou a fazer parte do segmento Corporate & Banca de Investimento e a Interfundos, que fazia parte do segmento Private Banking & Asset Management, passou a integrar a Banca de Empresas.

As contribuições líquidas de cada segmento não estão deduzidas, quando aplicável, dos interesses que não controlam. Assim, os valores das contribuições líquidas apresentados reflectem os resultados individuais das unidades de negócio, independentemente da percentagem de participação detida pelo Grupo, incluindo os impactos dos movimentos de fundos anteriormente descritos. A informação seguidamente apresentada foi preparada tendo por base as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e com a organização das áreas de negócio do Grupo em vigor em 31 de Março de 2011.

Segmentos Geográficos

O Grupo actua no mercado Português, e num conjunto restrito de mercados de afinidade e de mercados que apresentam maiores perspectivas de crescimento. Deste modo, a informação por segmentos geográficos encontra-se estruturada em Portugal, Polónia, Grécia, Moçambique, Angola, e Outros, sendo que o segmento Portugal representa, essencialmente, a actividade desenvolvida pelo Banco Comercial Português em Portugal, pelo ActivoBank e pelo Banco de Investimento Imobiliário. O segmento Polónia inclui as operações desenvolvidas pelo Bank Millennium (Polónia); o segmento Grécia corresponde à actividade do Millennium Bank (Grécia), o segmento Moçambique equivale à actividade do BIM - Banco Internacional de Moçambique (Moçambique) e o segmento Angola inclui a actividade do Banco Millennium Angola (Angola). O segmento Outros considera as operações do Grupo que não estão incluídas nos restantes segmentos, nomeadamente as actividades desenvolvidas em outros países, tais como pelo Banque Privée BCP na Suíça, pela Banca Millennium na Roménia, pelo Millennium Bank na Turquia, operação parcialmente alienada em 27 de Dezembro de 2010, pelo Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão e pelo Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América, operação parcialmente alienada em 15 de Outubro de 2010.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

Em 31 de Março de 2011 a contribuição líquida dos principais segmentos de negócio é apresentada como segue:

	Banca Comercial				Private Banking e Asset Management	Corporate e Banca de Investimento	Outros	Consolidado
	Banca de Retail	Banca de Empresas	Negócios no Exterior	Total				
Demonstração de Resultados								
Juros e proveitos equiparados	265.883	101.127	290.156	657.166	32.064	132.438	125.206	946.874
Juros e custos equiparados	(154.523)	(59.164)	(156.773)	(370.460)	(24.743)	(81.432)	(68.675)	(545.310)
Margem financeira	111.360	41.963	133.383	286.706	7.321	51.006	56.531	401.564
Comissões e outros proveitos	122.193	18.318	73.482	213.993	16.556	39.445	6.359	276.353
Comissões e outros custos	(4.705)	(326)	(18.223)	(23.254)	(4.705)	(837)	(28.677)	(57.473)
Comissões e outros proveitos líquidos	117.488	17.992	55.259	190.739	11.851	38.608	(22.318)	218.880
Resultados em operações financeiras	(43)	-	22.499	22.456	95	8.143	(6.956)	23.738
Custos com pessoal e FSTs	172.986	14.528	125.983	313.497	13.052	18.300	(13.447)	331.402
Amortizações	474	23	12.007	12.504	78	27	12.219	24.828
Custos operacionais	173.460	14.551	137.990	326.001	13.130	18.327	(1.228)	356.230
Imparidade e provisões	(44.979)	(33.152)	(30.786)	(108.917)	(6.581)	(47.254)	(32.431)	(195.183)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(19)	16.716	16.697
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	-	(3.234)	(3.234)
Resultado antes de impostos	10.366	12.252	42.365	64.983	(444)	32.157	9.536	106.232
Impostos	(3.091)	(3.540)	(8.937)	(15.568)	(818)	(9.326)	15.988	(9.724)
Interesses que não controlam	-	-	(18.348)	(18.348)	-	-	(430)	(18.778)
Resultado do exercício	7.275	8.712	15.080	31.067	(1.262)	22.831	25.094	77.730
Rédito intersegmentos	17.488	10.198	-	27.686	3	(27.689)	-	-
Balanço								
Caixa e aplicações em instituições de crédito	3.085.747	2.058.302	2.852.625	7.996.674	3.631.357	5.412.389	(13.296.801)	3.743.619
Crédito a clientes	33.221.439	9.894.028	15.498.360	58.613.827	2.321.764	12.859.557	(1.105.475)	72.689.673
Activos financeiros	1.149	-	2.349.637	2.350.786	29.991	3.426.363	8.224.974	14.032.114
Outros activos	590.220	27.430	507.660	1.125.310	30.232	153.214	4.854.557	6.163.313
Total do Activo	36.898.555	11.979.760	21.208.282	70.086.597	6.013.344	21.851.523	(1.322.745)	96.628.719
Depósitos de instituições de crédito	5.858.944	3.771.836	4.925.835	14.556.615	3.216.659	6.964.072	(5.328.615)	19.408.731
Depósitos de clientes	20.416.253	1.483.403	13.611.293	35.510.949	2.551.309	7.649.006	(844.339)	44.866.925
Títulos de dívida emitidos	7.190.630	4.640.882	804.339	12.635.851	-	4.462.635	24	17.098.510
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2.011.111	1.297.985	229.531	3.538.627	28.276	1.248.132	133.431	4.948.466
Outros passivos financeiros	69.280	43.260	276.572	389.112	11.578	72.329	1.111.617	1.584.636
Outros passivos	173.655	6.401	380.080	560.136	8.540	137.408	808.230	1.514.314
Total do Passivo	35.719.873	11.243.767	20.227.650	67.191.290	5.816.362	20.533.582	(4.119.652)	89.421.582
Capital e Interesses que não controlam	1.178.682	735.993	980.632	2.895.307	196.982	1.317.941	2.796.907	7.207.137
Total do Passivo, Capital e Interesses que não controlam	36.898.555	11.979.760	21.208.282	70.086.597	6.013.344	21.851.523	(1.322.745)	96.628.719

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

Em 31 de Março de 2010 a contribuição líquida dos principais segmentos de negócio é apresentada como segue:

	Banca Comercial				Private Banking e Asset Management	Corporate e Banca de Investimento	Outros	Consolidado
	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Negócios no Exterior	Total				
Demonstração de Resultados								
Juros e proveitos equiparados	239.498	84.225	273.473	597.196	31.384	102.082	65.255	795.917
Juros e custos equiparados	(106.082)	(40.163)	(150.493)	(296.738)	(20.980)	(48.394)	(89.213)	(455.325)
Margem financeira	133.416	44.062	122.980	300.458	10.404	53.688	(23.958)	340.592
Comissões e outros proveitos	114.099	26.553	79.477	220.129	16.116	37.802	(8.553)	265.494
Comissões e outros custos	(4.563)	(357)	(18.016)	(22.936)	(4.977)	(535)	(25.859)	(54.307)
Comissões e outros proveitos líquidos	109.536	26.196	61.461	197.193	11.139	37.267	(34.412)	211.187
Resultados em operações financeiras	40	-	31.508	31.548	1.027	8.723	94.061	135.359
Custos com pessoal e FSTs	164.650	15.184	127.346	307.180	13.092	18.368	17.856	356.496
Amortizações	402	26	11.759	12.187	99	25	13.439	25.750
Custos operacionais	165.052	15.210	139.105	319.367	13.191	18.393	31.295	382.246
Imparidade e provisões	(27.560)	(37.671)	(45.334)	(110.565)	(6.053)	(45.296)	(24.662)	(186.576)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	92	16.646	16.738
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	-	(3.133)	(3.133)
Resultado antes de impostos	50.380	17.377	31.510	99.267	3.326	36.081	(6.753)	131.921
Impostos	(13.367)	(4.606)	(5.654)	(23.627)	347	(9.561)	10.835	(22.006)
Interesses que não controlam	-	-	(12.798)	(12.798)	-	-	(713)	(13.511)
Resultado do exercício	37.013	12.771	13.058	62.842	3.673	26.520	3.369	96.404
Rédito intersegmentos	3.403	465	-	3.868	(1.035)	(2.833)	-	-
Balanço								
Caixa e aplicações em instituições de crédito	5.135.632	3.122.090	2.349.555	10.607.277	4.298.909	5.811.105	(15.815.905)	4.901.386
Crédito a clientes	34.439.382	10.364.248	14.906.976	59.710.606	3.228.551	12.984.569	(889.055)	75.034.671
Activos financeiros	1.327	-	3.268.605	3.269.932	60.418	1.747.331	4.343.023	9.420.704
Outros activos	669.978	36.733	1.465.135	2.171.846	38.058	53.828	5.039.761	7.303.493
Total do Activo	40.246.319	13.523.071	21.990.271	75.759.661	7.625.936	20.596.833	(7.322.176)	96.660.254
Depósitos de instituições de crédito	4.897.455	3.056.448	2.991.648	10.945.551	5.467.600	5.073.936	(13.175.043)	8.312.044
Depósitos de clientes	20.554.205	1.573.390	15.138.756	37.266.351	1.488.874	6.255.517	967.713	45.978.455
Títulos de dívida emitidos	9.170.083	5.737.142	975.752	15.882.977	224.291	5.682.640	(15)	21.789.893
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.270.303	2.046.022	244.513	5.560.838	137.538	2.026.364	208.693	7.933.433
Outros passivos financeiros	407.304	203.340	333.451	944.095	54.518	291.719	999.310	2.289.642
Outros passivos	190.792	29.985	1.175.660	1.396.437	18.048	30.170	1.488.536	2.933.191
Total do Passivo	38.490.142	12.646.327	20.859.780	71.996.249	7.390.869	19.360.346	(9.510.806)	89.236.658
Capital e Interesses que não controlam	1.756.177	876.744	1.130.491	3.763.412	235.067	1.236.487	2.188.630	7.423.596
Total do Passivo, Capital e Interesses que não controlam	40.246.319	13.523.071	21.990.271	75.759.661	7.625.936	20.596.833	(7.322.176)	96.660.254

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

Em 31 de Março de 2011 a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos, é apresentada como segue:

	Portugal						Polónia	Grécia	Angola	Moçambique	Outros	Consolidado
	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Private Banking e Asset Management	Corporate e Banca de Investimento	Outros	Total						
Demonstração de Resultados												
Juros e proveitos equiparados	265.883	101.127	14.939	132.438	125.206	639.593	154.860	61.469	21.388	42.515	27.049	946.874
Juros e custos equiparados	(154.523)	(59.164)	(10.651)	(81.432)	(68.675)	(374.445)	(92.448)	(41.475)	(6.678)	(11.028)	(19.236)	(545.310)
Margem financeira	111.360	41.963	4.288	51.006	56.531	265.148	62.412	19.994	14.710	31.487	7.813	401.564
Comissões e outros proveitos	122.193	18.318	10.434	39.445	6.359	196.749	44.671	8.313	4.691	14.317	7.612	276.353
Comissões e outros custos	(4.705)	(326)	(3.367)	(837)	(28.677)	(37.912)	(8.079)	(3.586)	(553)	(5.428)	(1.915)	(57.473)
Comissões e outros proveitos líquidos	117.488	17.992	7.067	38.608	(22.318)	158.837	36.592	4.727	4.138	8.889	5.697	218.880
Resultados em operações financeiras	(43)	-	(4)	8.143	(6.956)	1.140	8.932	2.468	7.008	3.612	578	23.738
Custos com pessoal e FSTs	172.986	14.528	8.150	18.300	(13.447)	200.517	63.715	25.827	12.262	15.187	13.894	331.402
Amortizações	474	23	-	27	12.219	12.743	4.376	2.496	1.546	1.665	2.002	24.828
Custos operacionais	173.460	14.551	8.150	18.327	(1.228)	213.260	68.091	28.323	13.808	16.852	15.896	356.230
Imparidade e provisões	(44.979)	(33.152)	(3.196)	(47.254)	(32.431)	(161.012)	(9.433)	(12.722)	(3.277)	(2.258)	(6.481)	(195.183)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	(19)	16.716	16.697	-	-	-	-	-	16.697
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	(3.234)	(3.234)	-	-	-	-	-	(3.234)
Resultado antes de impostos	10.366	12.252	5	32.157	9.536	64.316	30.412	(13.856)	8.771	24.878	(8.289)	106.232
Impostos	(3.091)	(3.540)	86	(9.326)	15.988	117	(6.701)	2.659	(1.609)	(4.506)	316	(9.724)
Interesses que não controlam	-	-	-	-	(430)	(430)	(8.178)	-	(3.386)	(6.784)	-	(18.778)
Resultado do exercício	7.275	8.712	91	22.831	25.094	64.003	15.533	(11.197)	3.776	13.588	(7.973)	77.730
Rédito intersegmentos	17.488	10.198	3	(27.689)	-	-	-	-	-	-	-	-
Balanço												
Caixa e aplicações em em instituições de crédito	3.085.747	2.058.302	189.361	5.412.389	(13.296.801)	(2.551.002)	789.079	1.485.332	232.553	258.349	3.529.308	3.743.619
Crédito a clientes	33.221.439	9.894.028	1.308.579	12.859.557	(1.105.475)	56.178.128	9.044.817	4.910.525	444.277	797.837	1.314.089	72.689.673
Activos financeiros	1.149	-	1.593	3.426.363	8.224.974	11.654.079	1.434.463	364.966	271.532	147.574	159.500	14.032.114
Outros activos	590.220	27.430	16.645	153.214	4.854.557	5.642.066	164.158	136.406	80.987	95.154	44.542	6.163.313
Total do Activo	36.898.555	11.979.760	1.516.178	21.851.523	(1.322.745)	70.923.271	11.432.517	6.897.229	1.029.349	1.298.914	5.047.439	96.628.719
Depósitos de instituições de crédito	5.858.944	3.771.836	84.383	6.964.072	(5.328.615)	11.350.620	1.278.072	3.022.705	303.942	93.486	3.359.906	19.408.731
Depósitos de clientes	20.416.253	1.483.403	1.356.821	7.649.006	(844.339)	30.061.144	8.902.563	2.869.137	602.788	944.252	1.487.041	44.866.925
Títulos de dívida emitidos	7.190.630	4.640.882	-	4.462.635	24	16.294.171	259.688	520.944	-	23.707	-	17.098.510
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2.011.111	1.297.985	-	1.248.132	133.431	4.690.659	132.540	96.375	1	-	28.891	4.948.466
Outros passivos financeiros	69.280	43.260	3.697	72.329	1.111.617	1.300.183	231.606	33.193	4.380	6.015	9.259	1.584.636
Outros passivos	173.655	6.401	8.377	137.408	808.230	1.134.071	167.828	34.755	43.718	129.128	4.814	1.514.314
Total do Passivo	35.719.873	11.243.767	1.453.278	20.533.582	(4.119.652)	64.830.848	10.972.297	6.577.109	954.829	1.196.588	4.889.911	89.421.582
Capital e Interesses que não controlam	1.178.682	735.993	62.900	1.317.941	2.796.907	6.092.423	460.220	320.120	74.520	102.326	157.528	7.207.137
Total do Passivo, Capital e Interesses que não controlam	36.898.555	11.979.760	1.516.178	21.851.523	(1.322.745)	70.923.271	11.432.517	6.897.229	1.029.349	1.298.914	5.047.439	96.628.719

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

Em 31 de Março de 2010 a contribuição líquida dos principais segmentos geograficos é apresentada como segue:

	Portugal						Polónia	Grécia	Angola	Moçambique	Outros	Consolidado
	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Private Banking e Asset Management	Corporate e Banca de Investimento	Outros	Total						
Demonstração de Resultados												
Juros e proveitos equiparados	239.498	84.225	15.096	102.082	65.255	506.156	144.286	61.933	14.373	27.991	41.178	795.917
Juros e custos equiparados	(106.082)	(40.163)	(8.043)	(48.394)	(89.213)	(291.895)	(91.404)	(32.077)	(4.218)	(7.589)	(28.142)	(455.325)
Margem financeira	133.416	44.062	7.053	53.688	(23.958)	214.261	52.882	29.856	10.155	20.402	13.036	340.592
Comissões e outros proveitos	114.099	26.553	9.222	37.802	(8.553)	179.123	44.623	13.902	3.464	12.806	11.575	265.493
Comissões e outros custos	(4.563)	(357)	(3.901)	(535)	(25.859)	(35.215)	(7.900)	(2.717)	(261)	(5.874)	(2.339)	(54.306)
Comissões e outros proveitos líquidos	109.536	26.196	5.321	37.267	(34.412)	143.908	36.723	11.185	3.203	6.932	9.236	211.187
Resultados em operações financeiras	40	-	2	8.723	94.061	102.826	14.114	(767)	6.428	10.923	1.835	135.359
Custos com pessoal e FSTs	164.650	15.184	8.157	18.368	17.856	224.215	58.216	26.707	9.976	13.648	23.734	356.496
Amortizações	402	26	-	25	13.439	13.892	4.868	2.540	1.080	1.346	2.024	25.750
Custos operacionais	165.052	15.210	8.157	18.393	31.295	238.107	63.084	29.247	11.056	14.994	25.758	382.246
Imparidade e provisões	(27.560)	(37.671)	(11.171)	(45.296)	(24.662)	(146.360)	(20.811)	(10.591)	(3.808)	(4.686)	(320)	(186.576)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	92	16.646	16.738	-	-	-	-	-	16.738
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	(3.133)	(3.133)	-	-	-	-	-	(3.133)
Resultado antes de impostos	50.380	17.377	(6.952)	36.081	(6.753)	90.133	19.824	436	4.922	18.577	(1.971)	131.921
Impostos	(13.367)	(4.606)	1.910	(9.561)	10.835	(14.789)	(4.052)	(2)	(125)	(3.288)	250	(22.006)
Interesses que não controlam	-	-	-	-	(713)	(713)	(5.440)	-	(2.267)	(5.091)	-	(13.511)
Resultado do exercício	37.013	12.771	(5.042)	26.520	3.369	74.631	10.332	434	2.530	10.198	(1.721)	96.404
Rédito intersegmentos	3.403	465	(1.035)	(2.833)	-	-	-	-	-	-	-	-
Balanço												
Caixa e aplicações em instituições de crédito	5.135.632	3.122.090	235.747	5.811.105	(15.815.905)	(1.511.331)	552.927	1.327.380	142.814	182.858	4.206.738	4.901.386
Crédito a clientes	34.439.382	10.364.248	1.832.549	12.984.569	(889.055)	58.731.693	8.527.692	5.139.003	348.414	636.007	1.651.862	75.034.671
Activos financeiros	1.327	-	1.682	1.747.331	4.343.023	6.093.363	2.440.625	333.017	224.414	149.673	179.612	9.420.704
Outros activos	669.978	36.733	20.471	53.828	5.039.761	5.820.771	163.220	105.147	66.439	73.294	1.074.622	7.303.493
Total do Activo	40.246.319	13.523.071	2.090.449	20.596.833	(7.322.176)	69.134.496	11.684.464	6.904.547	782.081	1.041.832	7.112.834	96.660.254
Depósitos de instituições de crédito	4.897.455	3.056.448	148.497	5.073.936	(13.175.043)	1.293	2.005.398	2.121.403	220.033	44.600	3.919.317	8.312.044
Depósitos de clientes	20.554.205	1.573.390	1.488.874	6.255.517	967.713	30.839.699	8.436.755	3.502.381	463.474	784.654	1.951.492	45.978.455
Títulos de dívida emitidos	9.170.083	5.737.142	224.291	5.682.640	(15)	20.814.141	281.956	693.796	-	-	-	21.789.893
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.270.303	2.046.022	79.988	2.026.364	208.693	7.631.370	177.738	66.730	43	-	57.552	7.933.433
Outros passivos financeiros	407.304	203.340	26.261	291.719	999.310	1.927.934	159.282	114.926	15.277	23.139	49.084	2.289.642
Outros passivos	190.792	29.985	9.308	30.170	1.488.536	1.748.791	112.492	41.103	17.385	89.671	923.749	2.933.191
Total do Passivo	38.490.142	12.646.327	1.977.219	19.360.346	(9.510.806)	62.963.228	11.173.621	6.540.339	716.212	942.064	6.901.194	89.236.658
Capital e Interesses que não controlam	1.756.177	876.744	113.230	1.236.487	2.188.630	6.171.268	510.843	364.208	65.869	99.768	211.640	7.423.596
Total do Passivo, Capital e Interesses que não controlam	40.246.319	13.523.071	2.090.449	20.596.833	(7.322.176)	69.134.496	11.684.464	6.904.547	782.081	1.041.832	7.112.834	96.660.254

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

Reconciliação do resultado líquido dos segmentos relatáveis com o resultado líquido do Grupo

Descrição dos itens de reconciliação materialmente relevantes:

	Mar 2011	Mar 2010
	Euros '000	Euros '000
Resultado líquido (excluindo efeito dos Interesses que não controlam)		
Banca de Retalho	7.275	37.013
Banca de Empresas	8.712	12.771
Corporate e Banca de Investimento	22.831	26.520
Private Banking e Asset Management	91	(5.042)
Negócios no Exterior	32.075	34.571
	<u>70.984</u>	<u>105.833</u>
Impacto na margem financeira da alocação de capital (1)	3.173	4.460
	<u>67.811</u>	<u>101.373</u>
Valores não imputados aos segmentos		
Interesses que não controlam (2)	(18.778)	(13.511)
Custos operacionais (3)	1.227	(31.293)
Imparidade e outras provisões (4)	(32.431)	(24.663)
Rendimento de instrumentos de capital	865	27
Resultados por equivalência patrimonial	16.738	16.697
Instrumentos avaliados ao FVO (Risco de crédito próprio)	19.224	36.270
Contabilização de cobertura de risco de taxa de juro (5)	-	36.600
Acerto da alienação da participação na Eureko	24.480	-
Outros (6)	(1.406)	(25.096)
Total não imputado aos segmentos	<u>9.919</u>	<u>(4.969)</u>
Resultado líquido consolidado	<u>77.730</u>	<u>96.404</u>

(1) Representa o impacto na margem financeira decorrente da alocação de capital. As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afectos através do processo de alocação de capital, respeitando os critérios regulamentares de solvabilidade.

(2) Corresponde, essencialmente, aos resultados atribuíveis a terceiros relacionados com as subsidiárias na Polónia, em Moçambique e em Angola.

(3) Inclui os custos operacionais não alocados aos segmentos de negócio, nomeadamente os relacionados com as áreas corporativas e com projectos estratégicos.

(4) Inclui as provisões para imóveis em dação, contraordenações, contingências diversas e outras não alocados aos segmentos de negócio.

(5) Resultados em operações financeiras associados à estratégia de cobertura económica do risco de taxa de juro associado a um passivo de taxa fixa, que foi efectuado através de um swap de taxa de juro, resultantes de quebras de cobertura na sequência de avaliação da efectividade da relação de cobertura.

(6) Inclui o financiamento dos activos não geradores de juros e das participações financeiras estratégicas bem como o efeito fiscal associado aos restantes impactos.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

47. Empresas subsidiárias e associadas do Grupo Banco Comercial Português

Em 31 de Março de 2011 as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português incluídas na consolidação pelo método integral foram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Millennium bcp Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	Oeiras	6.720.691	EUR	Gestão de fundos de investimento	100,0	100,0	100,0
Interfundos - Gestão de Fundos de Investimento Imobiliários, S.A.	Lisboa	1.500.000	EUR	Gestão de fundos de investimento imobiliário	100,0	100,0	100,0
BII Investimentos International, S.A.	Luxemburgo	150.000	EUR	Gestão de fundos de investimento mobiliário	100,0	100,0	–
BCP Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Lisboa	28.500.000	EUR	Capital de risco	100,0	100,0	100,0
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	157.000.000	EUR	Banca	100,0	100,0	100,0
BII Internacional, S.G.P.S., Lda.	Funchal	25.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
BII Finance Company	George Town	25.000	USD	Financeira	100,0	100,0	–
Banco ActivoBank, S.A.	Lisboa	23.500.000	EUR	Banca	100,0	100,0	–
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.	Maputo	1.500.000.000	MZN	Banca	66,7	66,7	–
Banco Millennium Angola, S.A.	Luanda	3.809.398.820	AOA	Banca	52,7	52,7	52,7
Bank Millennium, S.A.	Varsóvia	1.213.116.777	PLN	Banca	65,5	65,5	65,5
Millennium TFI - Towarzystwo Funduszy Inwestycyjnych, S.A.	Varsóvia	10.300.000	PLN	Gestão de fundos de investimento mobiliário	100,0	65,5	–
Millennium Dom Maklerski, S.A.	Varsóvia	16.500.000	PLN	Corretora	100,0	65,5	–
Millennium Leasing, Sp.z o.o.	Varsóvia	43.400.000	PLN	Locação financeira	100,0	65,5	–
Millennium Lease, Sp.z o.o.	Varsóvia	40.655.778	PLN	Locação financeira	100,0	65,5	–
BBG Finance BV	Roterdão	18.000	EUR	Financeira	100,0	65,5	–
TBM Sp.z o.o.	Varsóvia	500.000	PLN	Consultoria e serviços	100,0	65,5	–
MB Finance AB	Estocolmo	500.000	SEK	Financeira	100,0	65,5	–
Millennium Service, Sp.z o.o.	Varsóvia	1.000.000	PLN	Serviços	100,0	65,5	–
Millennium Telecommunication, Sp.z o.o.	Varsóvia	100.000	PLN	Corretora	100,0	65,5	–
BG Leasing, S.A.	Gdansk	1.000.000	PLN	Locação financeira	74,0	48,5	–
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	Genebra	70.000.000	CHF	Banca	100,0	100,0	–
Millennium Bank, Societe Anonyme	Atenas	184.905.000	EUR	Banca	100,0	100,0	–

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Millennium Fin Commerce of Vehicles, Vessels, Devices and Equipment, Societe Anonyme	Atenas	589.980	EUR	Financeira	100,0	100,0	–
Millennium Mutual Funds Management Company, Societe Anonyme	Atenas	1.176.000	EUR	Gestão de fundos de investimento	100,0	100,0	–
Banca Millennium S.A.	Bucareste	519.390.000	RON	Banca	100,0	100,0	–
Millennium bcp Participações, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Funchal	25.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
Bitapart, B.V.	Roterdão	19.370	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
BCP Investment B.V.	Amesterdão	620.774.050	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
bcp holdings (usa), Inc.	Newark	250	USD	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
MBCP REO I, LLC	Delaware	370.174	USD	Gestão de imóveis	100,0	100,0	–
MBCP REO II, LLC	Delaware	924.804	USD	Gestão de imóveis	100,0	100,0	–
Millennium bcp Bank & Trust	George Town	340.000.000	USD	Banca	100,0	100,0	–
BCP Finance Bank, Ltd.	George Town	246.000.000	USD	Banca	100,0	100,0	–
BCP Finance Company	George Town	1.031.000.704	EUR	Financeira	100,0	3,0	–
Millennium BCP - Escritório de Representações e Serviços, Ltda.	São Paulo	30.700.000	BRL	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
Millennium BCP - Serviços de Comércio Electrónico, S.A.	Lisboa	50.004	EUR	Serviços de videotex	100,0	100,0	100,0
Caracas Financial Services, Limited	George Town	25.000	USD	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
Banpor Consulting S.R.L.	Bucareste	1.750.000	RON	Serviços	100,0	100,0	100,0
Millennium bcp Imobiliária, S.A.	Lisboa	50.000	EUR	Gestão de imóveis	99,9	99,9	99,9
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A. C. E.	Lisboa	331.000	EUR	Serviços	91,5	92,2	73,5
Servitrust - Trust Managment Services S.A.	Funchal	100.000	EUR	Serviços de Trust	100,0	100,0	100,0
Imábida - Imobiliária da Arrábida, S.A.	Oeiras	1.750.000	EUR	Gestão de imóveis	100,0	100,0	100,0
Aquapura Investment, S.A.	Lisboa	50.000	EUR	Consultoria e serviços	100,0	100,0	100,0

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2011

Em 31 de Março de 2011 as empresas associadas do Grupo Banco Comercial Português eram as seguintes:

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Academia Millennium Atlântico	Luanda	47.500.000	AOA	Ensino	33,0	17,4	–
Baía de Luanda - Promoção, Montagem e Gestão de Negócios, S.A.	Luanda	19.200.000	USD	Serviços	10,0	10,0	–
Banque BCP, S.A.S.	Paris	65.000.000	EUR	Banca	19,9	19,9	19,9
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	Luxemburgo	12.500.000	EUR	Banca	19,9	19,9	–
Constellation, S.A.	Maputo	1.053.500.000	MZN	Imobiliária	20,0	12,0	–
Luanda Waterfront Corporation	George Town	9.804	USD	Serviços	10,0	10,0	–
Lubuskie Fabryki Mebli, S.A.	Swiebodzin	13.400.050	PLN	Industria de móveis	50,0	32,8	–
Pomorskie Hurtowe Centrum Rolno - Spozywcze S.A.	Gdansk	21.357.000	PLN	Comércio por grosso	38,4	25,2	–
Nanium, S.A.	Vila do Conde	15.000.000	EUR	Equipamentos electrónicos	41,1	41,1	41,1
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Lisboa	24.642.300	EUR	Serviços Bancários	21,9	21,9	21,5
UNICRE - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Lisboa	10.000.000	EUR	Cartões de Crédito	32,0	32,0	31,7
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	Lisboa	12.500.000	EUR	Aluguer de longa duração	50,0	50,0	–

Em 31 de Março de 2011 as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português do ramo segurador incluídas na consolidação pelo método integral e pelo método da equivalência patrimonial, são apresentadas como segue:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
S&P Reinsurance Limited	Dublin	1.500.000	EUR	Resseguro de riscos do ramo vida	100,0	100,0	100,0
SIM - Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	Maputo	147.500.000	MZN	Seguros	89,9	60,0	–

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Millenniumbcsp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	1.000.002.375	EUR	Gestão de participações sociais	49,0	49,0	–
Médis - Companhia Portuguesa Seguros de Saúde, S.A.	Lisboa	12.000.000	EUR	Seguros do ramo saúde	49,0	49,0	–
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	Lisboa	22.375.000	EUR	Seguros do ramo vida	49,0	49,0	–
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	Lisboa	12.500.000	EUR	Seguros de ramos reais	49,0	49,0	–
Pensõesgere, Sociedade Gestora Fundos de Pensões, S.A.	Lisboa	1.200.000	EUR	Gestão de fundos de pensões	49,0	49,0	–